



www.oabgo.org.br



Seccional luta por mais juízes no interior

OAB-GO cobra solução
do TJ-GO para déficit de
magistrados e servidores

MANIFESTAÇÕES

Seccional acompanha protestos
realizados em Goiânia.

CEL 10 ANOS

Conquista da advocacia goiana, CEL
completa dez anos em agosto.

ENTREVISTA

Presidente da OAB sai em defesa
da reforma política.





ORDEM E PROGRESSO



*Um palr só existe com justiça.
É só existe justiça com advogados ao lado dela.*

11 de agosto.
Dia do Advogado.
A ordem valoriza você.





06.
CAPA

Para melhor prestação jurisdicional, OAB-GO pede mais juízes em Goiás.



10.
ENTREVISTA

Presidente do Conselho Federal fala sobre defesa da advocacia nesse início de mandato.



14.
CEL 10 anos

Conquista da advocacia goiana, CEL completa dez anos em agosto.



52.
CULINÁRIA

Advogado prepara escondidinho de abóbora com carne seca e petit gâteau.

20. MANIFESTAÇÕES

Seccional mobiliza comissões e acompanha protestos realizados em Goiânia.

21. OPORTUNIDADE

Ordem lança campanha para ajudar os inadimplentes a quitarem seus débitos com a instituição.

22. Certificação Digital

OAB-GO disponibiliza AC-OAB de forma mais rápida e prática.

24. Escola Superior de Advocacia

ESA incrementa atuação no interior com expansão da oferta cursos presenciais e online.

26. Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás

Casag foca na saúde dos inscritos e disponibiliza convênio com rede de drogarias.

28. Inaugurações

Seccional inaugura as novas sedes das subseções de Caldas Novas e Piracanjuba.

30. Gestão de Carreira

Especialista em Direito Digital, Alexandre Atheniense orienta advogados que querem atuar na área.

32. Benefício

OAB-GO oferece consultoria gratuita para nortear a carreira dos profissionais de Direito.

48. Turismo

Advogado dá dica de viagem a Orlando, nos Estados Unidos.

Diretoria OAB-GO

Henrique Tibúrcio | **presidente**
Sebastião Macalé Cacicano Cassimiro | **vice presidente**
Julio Cesar Meirelles Mendonça Ribeiro | **secretário-geral**
Márcia Queiroz Nascimento | **secretária-geral adjunta**
Enil Henrique de Souza Filho | **diretor-tesoureiro**

Conselheiros Estaduais

Adriano Gustavo de Oliveira e Silva | Afrânio Cotrim Virgens
Júnior | Alan Ribeiro Silva | Alex Neder | Alexandre Junes Machado
Alexandre Magno de Almeida Guerra Marques | Alexandre Prudente
Marques | Alexandre Ramos Caiado | Alyne Cristine Lopes | André
Luiz Ignácio De Almeida | Antônio Carlos Monteiro da Silva
Antônio Paulo Luzzi | Antônio Pereira de Santana | Arlete Mesquita
| Carla Pinheiro Bessa Von Bentzen Rodrigues | Carla Sahium
Traboulsi | Carlos André Pereira Nunes | Carlos Martins de Oliveira
| Cecília Ferreira Reis Bueno | Chyntia Aquino da Costa Barcellos
Milazzo | Cleuber Cardoso | Douglas Dalto Messoria | Dyogo Crosara
| Eliomar Pires Martins | Enil Henrique de Souza Neto | Eurico de
Souza | Fernando Rodrigues da Silva Alves Costa | Flávio Buonaduce
Borges | Flávio Cardoso | Frederico Augusto Alves de Oliveira
Valtuille | Frederico Einstein Batista Cordeiro Nunes | Geraldo
Augusto Mateus | Giovanni Heverson de Mello Bueno | Haroldo
José Rosa Machado Neto | Hyulley Aquino Machado | Iron Amadeu
Camilo de Vasconcelos Naves | Ivan Sérgio Vaz Porto | Jefferson de
Paula Coutinho | Jerônimo José Batista | João Negrão de Andrade
Filho | Jorge Jungmann Neto | José Divino Moraes | José Fernandes
Peixoto Júnior | José Roberto Ferreira Campos | Leonardo Bezerra
Cunha | Lorena Barbosa Carneiro | Lúcio Bernardes Roquette |
Ludmila de Castro Torres | Luís Gustavo Nicoli | Manoel Leonilson
Bezerra Rocha | Marcelo Feitosa de Paula Dias | Márcio Messias
Cunha | Márcio Pacheco Magalhães | Marcos José de Jesus Porto
| Margareth de Freitas Silva | Mário Ibrahim do Prado | Marizélia
Ferreira Xavier Gomes | Mauracy Andrade de Freitas | Mônica Araújo
de Moura | Monimar Leão Alves | Murillo Macedo Lôbo | Neliana
Fraga de Sousa | Nilton Cardoso das Neves | Otávio Alves Forte |
Patrícia Miranda Centeno | Paulo César Reis Vieira | Rafael Lara
Martins | Rafael Martins Cortez | Renato de Sousa Faria | Samuel
Junio Pereira | Sérgio Franco Leão | Thiago Vinicius Vieira Miranda |
Valéria Jaime Pelá Lopes Peixoto | Vitor Hugo Albino Pelles | Werley
Carlos de Souza

Conselheiros Federais

Felicíssimo Sena | João Bezerra Cavalcante
| Miguel Ângelo Cançado | Jaime José dos Santos
| Reginaldo Martins Costa | Pedro Paulo Guerra de Medeiros

Diretoria Casag

Júlio César do Valle Vieira Machado | **Presidente**
Hallan de Souza Rocha | **Vice-Presidente**
Larissa de Oliveira Costa | **Secretária-Geral**
Arsênio Neiva Costa | **Diretor-Tesoureiro**
Valdivino Clarindo Lima | **Diretor Secretário-Geral Adjunto**
Valquiria Imolesi Aguiar | **Diretora Adjunta**
Eliezer de Jesus Dias | **Diretor-Adjunto**
Nelson Borges de Almeida | **Diretor-Adjunto**
Milton de Sousa Bastos Júnior | **Diretor-Adjunto**
André Sousa Carneiro | **Diretor-Adjunto**

Conselho Editorial

Diretoria da OAB-GO

Assessoria da Presidência

Leandro Coutinho
Thais Couto de Brito
62.3238.2075 – assessoria@oabgo.org.br

Assessoria de Comunicação Integrada da OAB-GO

Mariana Vellozo | Ludmila Abreu | Carolina Pessoni
Ana Priscila Donato Capps | Pablo Mirans
Robson Aguiar | Lis Lopes
Informações: 62.3238.2000

Revista da OAB-GO

É uma publicação feita pela Assessoria de Comunicação integrada
da OAB-GO.

Redação: Ana Carolina Castro e Edson Leite Júnior

Fotografia: Leoiran

Diagramação: AMP propaganda

Edição: Ana Priscila Donato Capps

Comercialização

Costa: 62.3238-2065
e-mail: costa@oabgo.org.br

Impressão

Gráfica Formato/Tiragem: 23,5 mil exemplares



Vitórias para a advocacia e para a sociedade

A impotência do Estado frente ao crescimento ininterrupto das demandas sociais é evidente em todo o território nacional. No mesmo rol de carência em educação, saúde e segurança, está a Justiça.

A Constituição Federal de 1988 assegura a todos o acesso irrestrito à Justiça, além do direito ao contraditório, à ampla defesa e ao devido processo legal. Mas como garantir a entrega da prestação jurisdicional com o Poder Judiciário sem estrutura suficiente para atender ao cidadão?

Em Goiás, a situação vem se agravando há anos, causando graves problemas à população e à advocacia.

A OAB-GO já cobrou providências inúmeras vezes, alertando o Poder Judiciário goiano de que a entrega da prestação jurisdicional à sociedade está comprometida pela falta de juizes nas unidades judiciais e pela falta de servidores.

A situação atual beira o caos. No interior do Estado, onde a advocacia luta bravamente contra a morosidade da Justiça, a situação é ainda mais grave. A crise atinge 180 municípios goianos.

Dispostos a tentar amenizar a situação, o Tribunal de Justiça de Goiás recebeu diretores da Seccional e das subseções, que relataram situações desrespeitosas e absurdas que atentam contra o pleno exercício da advocacia e contra a cidadania.

Nossa luta para mudar esse cenário é constante e não vamos, de forma alguma, deixar de cobrar providências como fizemos durante a reunião. Vamos manter nossos esforços para fazer cumprir os princípios constitucionais que garantem dignidade ao cidadão goiano e para combater a morosidade da Justiça.

Boa leitura.

HENRIQUE TIBÚRCIO
Presidente da OAB-GO

Advogados pedem mais juízes nas comarcas

OAB-GO COBRA SOLUÇÃO EM CONJUNTO COM TJ-GO PARA RESOLVER PROBLEMA DE DÉFICIT DE MAGISTRADOS E SERVIDORES, PRINCIPALMENTE NO INTERIOR DO ESTADO

A morosidade da Justiça já virou clichê e no Estado de Goiás não é diferente. Principalmente nas comarcas do interior, a falta de celeridade nos processos é um problema grave e urgente, que está diretamente ligado à falta de juízes e servidores. Enquanto a Alemanha, detentora de uma das justiças mais ágeis do mundo, possui 24 magistrados para cada 100 mil pessoas, no Brasil esse número não chega a sete.

Em Goiás, de Norte a Sul, em praticamente todas as subseções da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás (OAB-GO), uma reclamação é recorrente: a falta de juízes. E isso é explicado com números: de acordo com levantamento da seccional goiana, existem hoje no Estado cerca de 90 varas sem juízes. Além disso, a Ordem estima que seriam necessários de 120 a 150 magistrados, além de servidores, para o Judiciário atender à demanda de processos.

O próprio Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO) confirma o déficit de 90 magistrados em Goiás. Mas, de acordo com o diretor-geral do TJ-GO, Wilson Gamboge, até outubro próximo será amenizada a falta de juízes no Estado, com a divulgação do resultado do concurso público em andamento. “Em relação aos servidores, não há ausência de cargos ou mesmo a necessidade imediata de criação de novos cargos, mas há a neces-

sidade de realização de concurso público para os cargos que hoje se encontram vagos”, reconhece.

Em novembro do ano passado, o então presidente da Subseção de Iporá, Marcus Antonio Rodrigues Dias, e o delegado da seccional em Aragarças, Luiz Aires Cirineu Neto, solicitaram mais juízes para a região em reunião com o então presidente do TJ-GO, desembargador Leobino Valente Chaves. Na época, foi prometido que o remanejamento de um juiz de alguma comarca próxima, a promoção de magistrados e a conclusão do concurso para juízes substitutos melhorariam a questão na região. Mas, de lá pra cá, a situação em Iporá não mudou muito.

O atual presidente da subseção, Claiton Alves dos Santos, define a situação em seu município como “calamitosa”. Segundo ele, seriam necessários pelo menos mais três juízes para que a Justiça se torne mais ágil em sua região. “Sem juiz não tem audiência. E isso deixa tudo mais lento”, comenta, dizendo ainda que a única reclamação que tem do Judiciário em Goiás é a falta de magistrados, principalmente no interior.

Gravidade

Para se ter uma ideia da gravidade da situação, em Posse, no nordeste goiano, por exemplo, ape-



tros de Posse, sendo que 78 quilômetros são de estrada de chão que, dependendo da época, é só poeira ou só lama”, comenta.

No outro canto do Estado, em Mineiros, região sudoeste de Goiás, a situação é bastante parecida. De acordo com o presidente da subseção no município, Euzébio João Fontana, o déficit em Mineiros é de dois juízes para atender três varas cíveis e uma criminal, além de um juizado especial. “Aqui já está beirando a marca de 19 mil processos em tramitação”, diz.

“O último ano foi terrível. A situação agravou e a Justiça paralisou com a falta de juízes”, afirma. Nesse período, Mineiros contou com apenas um magistrado. “Só um juiz não dá conta de operar o Direito”, alega. E, de acordo com Euzébio, a falta de juízes torna bastante difícil o trabalho do advogado. E como o déficit na região não é de agora, mesmo depois de chegarem mais magistrados na comarca, ele acredita que leve ainda, pelo menos, dois anos para “colocar a casa em ordem”.

“A falta de servidores e juízes é uma situação que se repete ao longo dos anos. Mineiros sempre foi comarca de difícil provimento, mas há comarcas no Estado que não possuem um único juiz”, relata Euzébio. Segundo ele, seria necessário que o concurso em andamento tivesse um cadastro de reserva de 15 a 20 juízes para emergências, como em casos de aposentadorias e licenças.

“Nossa cidade é próspera, cresceu muito nos últimos anos. Mas esse é um dos problemas do progresso. O Judiciário não conseguiu acompanhar o crescimento e essa é a realidade que estamos amargando aqui em Mineiros”, pontuou.

O diretor-geral do TJ-GO reafirma que o Tribunal de Justiça está consciente da necessidade de mais juízes no Estado e demonstrou à OAB-GO que tem tomado as providências para sanar essas necessidades. “O edital do concurso simplificado, que irá melhorar a distribuição do quadro de servidores, se dará já no início de junho. Após a conclusão do concurso simplificado, o TJ-GO terá os elementos necessários para a realização do concurso unificado, com previsão para o início de 2014”, antecipa Wilson Gamboge.■

nas uma juíza substituta é responsável por cinco comarcas e 14 municípios. E, de acordo com o presidente da Subseção de Posse, Jucemar Bispo Alves, essa mesma magistrada tem hoje 30 mil processos para serem julgados em sua jurisdição. Segundo ele, isso a faz despachar praticamente somente casos de réu preso, pensão alimentícia e pedidos de tratamento médico ou medicamentos de alto custo.

“Cerca de 80% dos processos julgados aqui em Posse são de assistência judiciária. E essa situação se arrasta desde 2011”, afirma Jucemar. Segundo ele, a dificuldade de sua região é tanta que não basta apenas realisar concurso, é preciso achar candidatos interessados em trabalhar na região. “Seriam necessários pelo menos seis juízes. Dois em Posse, que é comarca intermunicipal, e mais quatro para as comarcas iniciais”, estima.

Mesmo assim, Jucemar reconhece que a juíza de sua região está sobrecarregada e entende as dificuldades do trabalho de um magistrado com acúmulo de funções em sua região. “O município de Campos Belos fica a cerca de 200 quilôme-

“O último ano foi terrível. A situação agravou e a Justiça paralisou com a falta de juízes”

EM REUNIÃO COM REPRESENTANTES DA OAB-GO, TJ-GO APRESENTA SOLUÇÕES

Em busca de soluções para a questão da carência de juízes e servidores no Tribunal de Justiça de Goiás, principalmente nas comarcas do interior, o presidente da OAB-GO, Henrique Tibúrcio, se reuniu, em meados de abril, com o presidente do TJ-GO, Ney Teles de Paula. Acompanhado de representantes das 43 subseções da Ordem em Goiás, sua intenção era discutir formas de sanar os problemas enfrentados pelos advogados nos quatro cantos do Estado. Saiu de lá com a promessa de que a situação será resolvida até o início do próximo ano, após realização de concursos públicos.

Reconhecendo o empenho do Tribunal de Justiça, ao expor as demandas dos advogados, Henrique Tibúrcio prontificou-se unir forças com o TJ-GO para buscar soluções junto ao Governo do Estado, Assembleia Legislativa e Ministério Público. Para o presidente da OAB-GO, a gravidade do problema demanda atenção especial. “A situação é quase insustentável e tememos que o remédio não chegue a tempo de salvar o paciente”, afirmou Tibúrcio.

Na ocasião, o presidente do TJ-GO reafirmou seu empenho em resolver o problema, apontando a realização de concursos públicos para provimento de vagas ociosas. Ele disse que já ampliou de 34 para 64 o número de vagas em

certames já em andamento. Além disso, até outubro, um novo concurso deve ser realizado e antes mesmo do fim desse processo seletivo o presidente se comprometeu a lançar novo edital para contratação de mais juizes.

Durante a reunião, Ney Teles se mostrou preocupado com a questão e disposto a sanar o problema da falta de magistrados em Goiás. Segundo ele, será lançado um edital de concurso público unificado para contratação de servidores para todo o Estado. “Com relação aos juízes, há uma previsão de que a conclusão do concurso se dará em outubro. Já em relação aos servidores, o concurso unificado se dará no primeiro trimestre de 2014”, completa o diretor-geral do TJ-GO, Wilson Gamboge (1).

Para Tibúrcio, que avaliou como bastante proveitosa a reunião, o cronograma apresentando pelo TJ-GO é positivo. Otimista, ele acredita que a solução definitiva para a questão da falta de servidores e juízes virá em questão de tempo. “Saio da reunião mais animado. Pelo panorama apresentado, podemos prever que ao menos 90 juízes devem ser contratados até meados de 2014, o que será em tempo. E a OAB-GO quer contribuir com o Tribunal nesse espírito colaborativo”, conclui Tibúrcio. ■



BAILE DO RUBI 2013

— A LEI É COMEMORAR —



DATA: 30 DE AGOSTO
LOCAL: CEL DA OAB
HORÁRIO: 21H



BANDA GÊNESE,
QUARTETO JAZZ BAND
E DJ NEGÃO

PONTOS DE VENDA:
SEDE DA OAB-GO | ESA | CREDIJR
SALAS DA OAB-GO NO FÓRUM
JUSTIÇA FEDERAL | TRT



REALIZAÇÃO:

ORGANIZAÇÃO





Presidente do CFOAB reafirma Ordem como protagonista de causas republicanas

MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO INICIA MANDATO NO CONSELHO FEDERAL DEFENDENDO UMA REFORMA POLÍTICA NO PAÍS

Eleito para seu quarto mandato consecutivo no Conselho Federal da OAB (CFOAB), onde foi secretário-geral, presidente da Comissão Nacional de Legislação e presidente da Coordenação do Exame de Ordem Unificado, Marcus Vinicius Furtado Coêlho encara desafios atinentes tanto à advocacia como à sociedade brasileira.

Neste início de mandato, tem atuado em defesa das prerrogativas e da valorização dos advogados. Firmou acordo com o Ministério da Educação (MEC) para melhorar a qualidade dos cursos de Direito e congelar o processo de criação de novos cursos e criou a Procuradoria Nacional de Defesa das Prerrogativas, além de defender

o financiamento democrático das campanhas políticas, em detrimento do financiamento por empresas. “O atual sistema político, como podemos facilmente perceber, está viciado, pois abre caminho para a corrupção eleitoral e para uma representação política que, em muitos casos, não atende às aspirações da população”, alega.

Maranhense, Marcus Vinicius viveu a maior parte de sua vida no Piauí, onde seguiu carreira. Também é doutor em Direito Processual pela Universidade de Salamanca, na Espanha, e autor dos livros *Direito Eleitoral* e *Processo Eleitoral, Processo Civil Reformado*, e *A Inviolabilidade do Direito de Defesa*.

Revista da OAB-GO - O CFOAB firmou acordo com o MEC para rediscutir os cursos de Direito, as grades curriculares e até parar a emissão de licença para abertura de novos cursos. Essa discussão tem avançado? De que forma?

Marcus Vinicius Furtado Coêlho - Pode-se afeirir como uma grande vitória o fato de o Ministério da Educação ter congelado cerca de 25 mil novas vagas em processo de criação nos cursos de Direito. O acordo estabeleceu um diálogo construtivo entre o governo e a OAB, que estava limitado à constatação de o País possuir faculdades em excesso, mais de 1,3 mil e, a maior parte,

sem qualidade. O passo adiante, que está sendo estudado entre as duas partes, é a remodelagem da grade curricular, a duração do curso, os requisitos obrigatórios para a conclusão do curso, entre outros pontos. Também pretendemos verificar onde estão os problemas de qualidade e enfrentá-los, não apenas pontualmente, no curso A ou B, mas de forma ampla. Leva tempo, mas não excesso. Em breve teremos resultados.

Revista da OAB-GO - Hoje o Brasil tem quase 800 mil advogados. Quais os principais entraves que o profissional enfrenta para exercer a profissão?

MVFC – A verdade é que o crescimento do número de advogados no mercado de trabalho segue a tendência das últimas décadas de abertura de novos cursos. De fato, estamos diante de uma transformação que atinge não apenas o segmento do Direito, como também inúmeras outras carreiras ditas tradicionais. O perfil do advogado brasileiro mudou bastante, como também mudou o gênero da classe, antes dominada por homens e hoje suplantada, em muitos Estados, pela presença feminina. A complexidade das demandas judiciais, por outro lado, permitiram o avanço dos grandes escritórios que, por sua vez, recorrem ao advogado empregado, muitos dos quais preferindo esta opção em razão das dificuldades iniciais da carreira. Sem falar de outro fenômeno bem acentuado nessa área: os concursos públicos para preencher postos destinados exclusivamente à carreira, como defensores, delegados, procuradores, juízes etc.

Revista da OAB-GO - Como o CFOAB pretende melhorar isso?

MVFC – A responsabilidade da OAB só cresce diante desse quadro. Devemos nos empenhar ao máximo em ajudar o advogado iniciante com políticas diferenciadas que estimulem a formação de sociedades de advogados, oferecendo cursos de aperfeiçoamento e incentivando-o para que não abandone a carreira que abraçou. Mais ainda, convidando-o a participar dos destinos da instituição que o representa. Em nossa gestão, temos dado ênfase aos direitos dos advogados e à sua valorização, atuando em todas as frentes para que a classe tenha o seu devido reconhecimento pelo relevante trabalho que presta à Justiça. Importante ressaltar a campanha que adotou como slogan Honorários Dignos: uma Questão de Justiça, com apoio de todas as Seccionais para que possamos percorrer o País.

Revista da OAB-GO - Todas as seções da OAB enfrentam problemas com o Judiciário, desde desrespeito às prerrogativas até falta de estrutura e de juízes. Como o sr. vê essa questão?

MVFC – Foi essa preocupação que nos levou, logo no início da gestão, a criar a Procuradoria Nacional de Defesa das Prerrogativas. Seu trabalho é dar consequência, efetividade aos processos envolvendo abusos cometidos contra esses direitos. Não podemos aceitar, jamais, que o advogado tenha a sua atividade cerceada nos fóruns. Não há hierarquia nem subordinação entre advogados, magistrados e membros do Ministério Público, devendo todos tratar-se com

consideração e respeito recíprocos, isto consta da lei e deve ser cumprido. Da mesma forma, o advogado precisa exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional, e ter respeitada, em nome da liberdade de defesa e do sigilo profissional, a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho. Lembro, ainda, que no âmbito do Congresso Nacional estamos trabalhando para aprovar o Projeto de Lei Complementar 83/2011, que criminaliza os atos de violação às prerrogativas dos advogados.

Revista da OAB-GO - Qual o trabalho do Conselho Federal diante da expansão do processo judicial eletrônico, que tem acontecido sem a estrutura necessária?

MVFC – Estamos trabalhando muito nesse sentido. No final de maio firmamos dois acordos de cooperação técnica com o Tribunal Superior do Trabalho (TST) para o intercâmbio de ações com foco na melhoria do processo eletrônico e na inclusão digital dos advogados. O primeiro convênio prevê a participação da advocacia no aperfeiçoamento do PJe. Já o segundo acordo confere à OAB acesso à base de treinamento do PJe da Justiça do Trabalho para a oferta de treinamento e capacitação dos advogados. O presidente do TST, ministro Carlos Alberto Reis de Paula, esteve pessoalmente no Conselho Federal para a assinatura desses convênios e temos mantido um diálogo construtivo para que o processo seja instalado sem atropelos. O processo eletrônico é irreversível, temos consciência disso. Costumo dizer, a esse respeito, que não atiramos pedras em trens. Mas não podemos esquecer que além do tamanho quase continental do País, temos vários Brasis dentro de um mesmo Brasil. O fato é que a infraestrutura de internet em muitas localidades ainda é deficiente, sem falar nas constantes quedas no fornecimento de energia país afora. Todo o sistema OAB está empenhado nessa tarefa. A advocacia deve sempre se renovar e se preparar para as novas realidades.

Revista da OAB-GO - Qual a importância de o CFOAB defender o fim do financiamento de campanhas eleitorais por empresas?

MVFC – Temos consciência de que a Lei da Ficha Limpa, cuja participação da OAB para sua aprovação foi fundamental, cumpre um importante papel ao atacar as consequências

“ Não podemos aceitar, jamais, que o advogado tenha a sua atividade cerceada nos fóruns. ”

“Em nossa gestão, temos dado ênfase aos direitos dos advogados e à sua valorização”

da corrupção eleitoral. No entanto, é necessário enfrentar as causas da corrupção, daí porque a necessidade de uma reforma para repensar o sistema de financiamento de campanhas eleitorais, que a nosso ver deve ser substituído por um modelo de financiamento democrático. O financiamento democrático significa, primeiro, proibir o financiamento por empresas. Depois, baratear as campanhas eleitorais. O atual sistema político, como podemos facilmente perceber, está viciado, pois abre caminho para a corrupção eleitoral e para uma representação política que, em muitos casos, não atende às aspirações da população.

Revista da OAB-GO - A OAB tem histórico de luta em favor da sociedade brasileira. Quais outras bandeiras vai empunhar durante seu mandato?

MVFC – Tenho repetido, por onde vou, que a OAB deve ser protagonista de causas, não de fatos. O que isto significa? Que tem de liderar causas republicanas, causas que não verificam

partidos políticos, que não verificam governos, causas que pretendem melhorar a sociedade brasileira e que, por vezes, se opõem aos interesses dos governantes. Se a causa vem para o cumprimento da Constituição Federal, que é a nossa bíblia, nossa única ideologia, a OAB tem de estar à frente dela. Vivemos um momento de afirmação no Brasil. Não adianta termos uma boa política econômica e um desempenho social péssimo. Ou vice-versa. Mas o que se percebe hoje é que, diante de uma crise mundial ninguém está seguro, e apesar dos avanços obtidos em algumas áreas, ainda convivemos com gravíssimos problemas de moradia, de segurança, de saúde pública, de educação. Por esta razão, defendemos um diálogo de alto nível com os poderes da República. A OAB vocaliza os anseios da sociedade civil, pode e deve contribuir no enfrentamento dessas questões. Estou me referindo não apenas a uma reforma política, como também a um sistema tributário justo, às necessidades da pessoa humana e da justiça social, à proteção dos direitos fundamentais, o respeito às minorias e ao enfrentamento de problemas como a superlotação carcerária, a prisão perpétua dos doentes mentais e o tráfico de pessoas, dentre outros. ■





Advocacia na mídia

SECCIONAL VALORIZA A IMPRENSA GOIANA PROMOVENDO A TERCEIRA EDIÇÃO DO PRÊMIO OAB-GO DE JORNALISMO

Em 2011, junto às comemorações dos 80 anos da OAB em Goiás, a seccional goiana lançou a primeira edição do Prêmio OAB-GO de Jornalismo. A partir daí, o concurso jornalístico vem sendo realizado anualmente, sendo que a atual edição foi lançada no dia 5 de junho, durante almoço para a imprensa na sede da Ordem.

O Prêmio OAB-GO de Jornalismo tem temática livre para as reportagens, visto que a seccional goiana tem atuado de forma cada vez mais ampla nos temas de relevância da sociedade. O objetivo é premiar matérias veiculadas na imprensa goiana que tenham como fontes e/ou personagens advogados inscritos na seccional, estimulando a cobertura jornalística qualificada sobre temas relacionados à Justiça e, ao mesmo tempo, conscientizando a sociedade goiana acerca da importância do advogado para a democracia.

O presidente da seccional, Henrique Tibúrcio, destaca que “a iniciativa da OAB-GO visa a valorizar a imprensa goiana, que tem papel importantíssimo para a democracia e a informação da sociedade”. Além disso, conclui Tibúrcio, o prêmio aproxima ainda mais a sociedade da Ordem, ao divulgar suas finalidades institucionais e mostrar a relevância do papel social da advocacia.

O prêmio é dividido em cinco categorias: Fotojornalismo, Jornalismo Impresso, Webjornalismo, Radiojornalismo e Telejornalismo. Cada uma delas terá três vencedores: o primeiro colocado de cada categoria receberá R\$ 3 mil, o segundo R\$ 2 mil e o terceiro lugar ficará com R\$ 1 mil.

Entre os critérios para seleção dos vencedores estão a conformidade com o regulamento; a utilização dos critérios técnicos e jornalísticos específicos de cada área; o respeito aos

princípios fundamentais do jornalismo, como veracidade, atualidade, precisão da informação, interesse público, originalidade, criatividade no desenvolvimento da pauta, linguagem, fontes consultadas e repercussão; e o respeito à ética e à dignidade humana.

Em 2012, foram 57 reportagens inscritas, entre as quais oito nas categorias Radiojornalismo e Telejornalismo, 13 em Fotojornalismo, nove em Jornalismo Impresso e 17 em Webjornalismo.

Os jornalistas terão até o dia 30 de agosto para inscrever seus trabalhos. “Prêmios como este da OAB-GO nos dão incentivo para buscar pautas diferenciadas e, sobretudo, de interesse da população, além de valorizar o bom jornalismo”, afirma o jornalista Bruno Nascimento, ganhador do primeiro prêmio da categoria Radiojornalismo no ano passado. A previsão é de que os nomes dos vencedores desta edição sejam divulgados em outubro, em solenidade especial para a entrega dos prêmios. ■



Uma década de Cultura, Esporte e Lazer

COM HISTÓRIA DE CONQUISTAS, CEL DA OAB-GO COMPLETA DEZ ANOS EM AGOSTO, NO MÊS DA ADVOCACIA

No final da década de 90, membros da diretoria da OAB-GO se atentaram ao fato de que a Ordem não dispunha de um espaço de lazer, onde os advogados pudessem se encontrar, se divertir e praticar esportes. Foi então que surgiu a ideia de criar o Centro de Cultura, Esporte e Lazer da Advocacia de Goiás (CEL da OAB-GO).

O então presidente da seccional, Felicíssimo Sena, conta que o primeiro passo foi procurar um local adequado para abrigar o clube. “Chegamos a olhar uma possibilidade na via que vai para Trindade, mas não deu certo. Então, o engenhei-

ro Francisco Soares Ávila, que já prestava alguns serviços para a Ordem, conheceu e nos indicou o local onde o CEL está hoje, no quilômetro 1296 da BR-153, em Aparecida de Goiânia. Na época, o espaço de 171 mil m² estava em uma zona totalmente rural”, relembra Felicíssimo.

A área foi adquirida com recursos exclusivos da Ordem. O arquiteto Walter Garcia fez o pré-projeto, levando em consideração as necessidades dos advogados e a conservação da natureza local – 20 mil m² de área foram reflorestados para proteger as nascentes do local contra erosão. As obras foram iniciadas, começando exatamente na região do lago. Em seguida, foram construídos os demais espaços, inclusive a piscina olímpica, que estava no projeto desde a ideia inicial.

“Trabalhamos muito. Não raro visitava as obras mais de uma vez no mesmo dia. No pico das obras, chegaram a trabalhar cerca de 150 homens no local, todos contratados diretamente pela OAB-GO, sem intermédio de empreiteira ou construtora, porque não tínhamos dinheiro para isso”, explica Felicíssimo, que destaca ainda que a verba para a construção do CEL foi 100% retirada de parte das anuidades pagas pelos advogados. “É graças aos advogados que pagaram a anuidade em dia que conseguimos construir o complexo, e nada mais justo que





fazê-lo para atender às demandas da categoria, devolvendo o investimento realizado.”

No dia 13 de agosto de 2003, após mais de três anos de trabalho, o CEL da OAB-GO ficou pronto, em tempo de receber a festa mais importante da advocacia - o Baile do Rubi. “Estava com alguns membros da diretoria em um Colégio de Presidentes em Salvador. Ficamos todos ansiosos para chegar a Goiânia em tempo de ir ao primeiro Baile do Rubi que seria realizado no local. Chegamos a Goiânia após as 19 horas, cansados, porém felizes e empolgados com o baile”, relata Felicíssimo.

O conselheiro federal da OAB por Goiás e ex-presidente da OAB-GO Miguel Ângelo Cançado iniciou seu primeiro mandato em 2004 e teve a missão de colocar o CEL em funcionamento para os advogados. Para ele, o clube é um orgulho para a advocacia goiana. “O CEL da OAB-GO é um dos melhores clubes do Brasil. Tenho uma ligação muito forte com o CEL porque tive participação desde o processo de escolha da área, quando era conselheiro seccional. Lá fizemos muitos eventos marcantes, como as copas esportivas em comemoração ao mês do advogado e o Baile do Rubi. Sem dúvida, é um orgulho para todos nós advogados goianos”, afirma.

Consagração

Aos poucos, as pescarias no lago, os eventos da advocacia no salão e a prática esportiva foram atraindo cada vez mais advogados, até que o CEL se consagrasse para aquilo que de fato foi construído: ser o espaço de lazer dos advogados.

O projeto, contudo, foi além. “O clube superou todas as expectativas. Atendeu não apenas os advogados, mas também suas famílias e, mais adiante, deixou de ser um espaço reservado à categoria, tornando-se também de toda sociedade”, afirma o vice-presidente da seccional e diretor do CEL, Sebastião Macalé, que viu o projeto do clube tomar corpo e até hoje zela pelo local.

O salão do CEL é um dos mais requisitados do Centro-Oeste para grandes eventos, como shows e congressos. O complexo esportivo já abrigou competições de natação de nível regional e treinos dos mais diversos times de futebol, inclusive de projeção nacional. O Flamengo foi a primeira equipe de fora a usar o campo de futebol para treinar para um jogo contra o Goiás. Atual-



mente, o CEL está respondendo a uma série de questionários da FIFA (Federação Internacional de Futebol) para abrigar treinos de seleções estrangeiras durante a Copa do Mundo de 2014, conta Macalé.

“O CEL foi construído na administração de Felicíssimo, humanizado na administração de Miguel Cançado e está sendo expandido agora, sob a tutela de Henrique Tibúrcio. Todos, junto à advocacia em geral, trabalharam e trabalham com garra, determinação, coragem e inteligência para construir o espaço e continuar, cada vez mais, conquistando espaço nacionalmente”, complementa Macalé.

Conforme levantamentos realizados periodicamente pela administração do local, em 10 anos mais de 1,5 milhão de pessoas já passaram pelo CEL. Um frequentador assíduo é o advogado Raphael Belle Moraes da Silva, 38 anos, que atua na área cível. Ele vai ao clube pelo menos três vezes por semana, para usufruir a academia do local. “Também gosto de relaxar nas piscinas, especialmente agora que foi implantado o sistema de aquecimento. A possibilidade de praticar diversos esportes também me agrada muito”, explica Raphael.

O criminalista José Donizete Moreno, 45 anos, também frequenta a academia do local e usa

bastante a piscina olímpica. “Frequento o CEL da OAB-GO desde a inauguração. É um espaço excelente para praticar esportes e encontrar amigos”, justifica. Já o advogado empresarial Raphael Brom de Freitas, 34 anos, é do time de jogadores de futebol e joga no local pelo menos duas vezes por semana. “É um ótimo espaço, que nos dá acesso à prática esportiva, então temos mais que aproveitar”, defende. Já Marcelo Nascimento Gomes, 52 anos, que atua nas áreas cível e comercial, pratica tênis e natação, além de ir ao clube nos fins de semana para relaxar. “Gosto da tranquilidade, das quadras. Não é um clube superlotado, então você vai sabendo que vai conseguir jogar, encontrar amigos. Também é bacana levar a família”, relata.

As mulheres também aproveitam bem o espaço. Para a advogada cível Renata Silveira, 35 anos, o que mais agrada são os quiosques para churrasco. “Vou com a família e amigos quase todos os finais de semana, é um momento de relaxar e curtir a tranquilidade do clube”. A advogada previdenciária Bruna Faria Borges, 24 anos, também frequenta o CEL da OAB-GO sempre que pode. “É um tempo que a gente tira para aproveitar a família, os amigos. Fico relaxando enquanto meu marido joga uma partida de tênis”, conta Bruna.



O QUE O CEL DA OAB-GO OFERECE:

- Campo de futebol oficial, com moderno sistema de iluminação
- 3 campos de futebol society
- 4 quadras de tênis
- 3 quadras de peteca
- Quadra poliesportiva
- 2 quadras de vôlei de areia
- Piscina olímpica (50m x 21m)
- 2 pistas de skate
- Pista de cooper e ciclismo (1.672m)
- Academia com instrutor à disposição
- Aulas de natação e hidroginástica
- Salão de jogos com mesas de sinuca, pingue-pongue e pebolim
- 2 saunas e vestiários
- 2 piscinas para adultos
- Piscina infantil com playground
- Parque infantil, brinquedoteca e berçário
- Sala de leitura
- Coreto
- Quiosques com churrascueira
- Restaurante e bares
- Lago de pesca, pomar, reserva ambiental e diversos jardins

HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DO CEL DA OAB-GO

CLUBE:

Segunda-feira: fechado para manutenção
 Terça a quinta-feira: 8h às 21h30
 Sexta-feira: 8h às 18h
 Sábado, domingo e feriados: 8h às 19h

Academia:

Terça a quinta-feira: 14h às 21h30
 Sexta-feira: 13h às 18h
 Sábado, domingo e feriados: 8h às 18h

Piscinas:

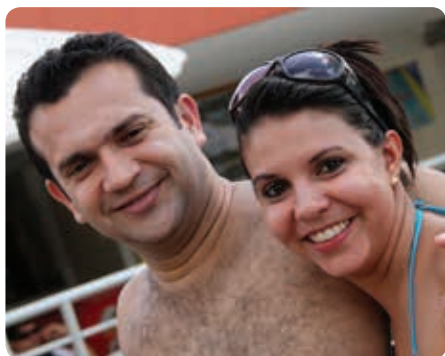
Terça a quinta-feira: 8h às 17h
 Sexta-feira: 8h às 17h, com exceção da piscina olímpica, que abre às 11h
 Sábado, domingo e feriados: 8h às 18h

Saunas:

Terça e quinta-feira: 19h às 21h30
 Sábado, domingo e feriados: 8h às 18h



Kaline Aires e Walter Xavier



Fernando Rios e Lorena Rios



Davi e Lorena Nogueira



Cecília Caetano, Paulo Roberto e Ana Vitória



Gabriella Barros e Tiago Baeta



Carla Carlota e Daniel de Aquino Rosa



Rodolfo Domingues



Thiago Tarveira e Humberto Vilela



Aula de ginástica funcional no píer do CEL, durante comemoração pelo Dia das Mães



Frederico Bernardes Caiado de Castro



Layna, Gustavo e Jonhson Hungria Amaral



Cauã, Luciana, Carlos e Roberta Tibiriça



Marcia, Ícaro, Yasmin e Simone Freire



Gabriela Chimango, Maira Carvalho, Têlcio Carvalho Maciel e Fabiane Mota



Jordana Leão, Renata Rosane, Karina Arraes, Laura Gonçalves, Uiara Siqueira e Janaina Siqueira



Paulo Felipe, Wanderson de Oliveira, Arthur Penido e Brunna Andrade





OAB Goiás nas ruas

INTEGRANTES DA SECCIONAL ACOMPANHARAM PROTESTO QUE OCORREU DIA 20 DE JUNHO, EM GOIÂNIA, ASSEGURANDO OS DIREITOS DOS MANIFESTANTE

Mais de 100 integrantes de diferentes comissões da OAB-GO atuaram como observadores na manifestação realizada dia 20 de junho em Goiânia. O protesto foi contra o aumento da tarifa do transporte público, o alto custo de vida e a corrupção, e em prol de melhorias nas áreas da saúde, educação e segurança, reunindo mais de 60 mil pessoas.

"A forte adesão popular às manifestações revela a insatisfação acumulada da sociedade com vários setores da administração pública. Apesar do aumento da tarifa de ônibus ter funcionado como o estopim da indignação social, vemos que a precariedade de outros serviços como saúde e educação, além das frequentes denúncias de corrupção e da falta de representatividade no Legislativo, não podem continuar sendo ignoradas", afirma o presidente da OAB-GO, Henrique Tibúrcio.

A OAB-GO não se furtou a participar ativamente desse momento histórico pelo qual passa o Brasil. Antes do protesto, Henrique Tibúrcio se reuniu com o secretário de Segurança Pública do Estado, Joaquim Mesquita, para adotar providências que evitassem excessos na manifestação, em vista do que ocorreu em capitais como São Paulo e Rio de Janeiro. A presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH) da OAB-GO, Mônica Araújo de Moura, e o presidente da Comissão de Segurança Pública, Rodrigo Lustosa, também acompanharam a elaboração das estratégias das polícias.

Durante o protesto, foi preciso que advogados designados pelas comissões acompanhassem ao 1º Distrito Policial de Goiânia quatro manifestantes que foram detidos, mas tudo ocorreu dentro da normalidade. Ao constatar o clima pacífico da situação, a Ordem defendeu a volta dos ônibus ao Centro, para que a população pudesse voltar para casa.

Para o presidente da OAB-GO, o clamor do povo nos quatro cantos do País mostra que é necessária uma ampla e profunda reforma política, para a moralização das instituições e da política brasileiras. "O cidadão tem muito poder e está começando a redescobrir isso. É preciso não deixar esmorecer a disposição da sociedade em cobrar pelos seus direitos e a OAB-GO será sempre parceira nessa luta. E assim continuaremos a fazer sempre que provocados ou que percebermos qualquer tipo de desrespeito aos direitos constitucionais do cidadão", garante. ■



Oportunidade para os inadimplentes

OAB-GO OFERECE DESCONTOS E PARCELAMENTOS PARA AJUDAR OS INSCRITOS A QUITAREM SEUS DÉBITOS COM A INSTITUIÇÃO

A OAB-GO promove duas campanhas de incentivo ao pagamento em dia das anuidades da instituição. Uma é em favor da adimplência e destaca os produtos e serviços oferecidos pela seccional. Já a segunda, que terá início no dia 1º de agosto, visa a ajudar os inscritos inadimplentes a quitarem seus débitos com a Ordem.

De acordo com o diretor-tesoureiro da OAB-GO, Enil Henrique de Souza Filho (1), uma campanha complementa a outra. “A OAB é uma entidade civil que depende exclusivamente da anuidade para manter sua extensa linha de serviços e benefícios, por isso a importância de o advogado estar adimplente.”

A manutenção das anuidades fortalece a Ordem e os serviços por ela oferecidos como o CEL de Goiânia e de Anápolis; os cursos da Escola Superior de Advocacia (ESA) e os convênios da Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás (Casag); serviços como OAB Online, OABPro e Sistema de Inteligência de Mercado (SIM), e toda a infraestrutura dos escritórios compartilhados em Goiânia, Rio Verde, Formosa e Jataí, das 158 salas de apoio e sete estacionamentos, presentes em todo o Estado. “O objetivo é que todos os advogados usem os produtos e serviços da OAB-GO e priorize a anuidade no seu orçamento”, complementa Enil.

Inadimplência

A partir do dia 1º de agosto, a OAB-GO lança campanha para concessão de descontos de até 100% sobre juros e multas e parcelamento de débitos de exercícios anteriores a 2013. A medida, aprovada pelo Conselho Seccional, tem como objetivo ajudar os advogados com dificuldades e possibilitar que os mesmos voltem a usufruir dos produtos e serviços mantidos com as anuidades. Os advogados inadimplentes há um ano também são suspensos e ficam impedidos de peticionar junto à Justiça. Além disso, acumulando três suspensões, são excluídos dos quadros da OAB.

Essa campanha vai viabilizar descontos entre 60% e 100% nos pagamentos à vista, e de 30% a 50% para os parcelamentos, que podem ser feitos em até 12 vezes (veja quadros). O pagamento poderá ser efetuado na Tesouraria da seccional ou por meio de depósito bancário identificado na conta corrente da OAB/GO nº 19.101-9, agência 0086-8, Banco do Brasil S.A, sendo o código identificador o número do CPF do advogado. Cabe ao inscrito enviar o respectivo comprovante do depósito à Tesouraria, sob pena de não ser efetuada a baixa no sistema de controle. ■

FORMAS DE PAGAMENTO DAS ANUIDADES EM ATRASO

PAGAMENTO À VISTA

Período do pagamento	Desconto sobre juros e multa
01/08/2013 a 30/08/2013	100%
31/08/2013 a 16/09/2013	90%
17/09/2013 a 01/10/2013	80%
02/10/2013 a 16/10/2013	70%
17/10/2013 a 31/10/2013	60%

PARCELAMENTO COM CHEQUE PRÉ-DATADO

Período do pagamento	Desconto sobre juros e multa
01/08/2013 a 30/08/2013	50%
31/08/2013 a 30/09/2013	40%
01/10/2013 a 31/10/2013	30%

FORMAS DE PARCELAMENTO

Exercício	Parcelamento (1ª parcela à vista e demais com vencimento a cada 30 dias)
2012	Até 4 vezes iguais
2011 e 2012	Até 8 vezes iguais
2010, 2011 e 2012	Até 10 vezes iguais
2009, 2010, 2011 e 2012	Até 12 vezes iguais



Mais agilidade para o advogado

AC-OAB PODE SER ADQUIRIDO DE FORMA PRÁTICA E INSTANTÂNEA EM DOIS LOCAIS DISPONIBILIZADOS PELA SECCIONAL

Vinte minutos. Desde o final do mês de abril, esse é o tempo que o advogado precisa para adquirir sua certificação digital, que dá acesso ao sistema de Peticionamento Judicial Eletrônico (PJE). A sala da OAB-GO no Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (TRT-18) foi o primeiro lugar onde a integração para obter a certificação foi implementada. Mais recentemente, o serviço também passou a ser disponibilizado no Edifício Olavo Berquó, prédio anexo à sede administrativa da seccional goiana.

A sala do TRT-18 foi a primeira a oferecer o serviço porque a Justiça do Trabalho em Goiás usa quase que exclusivamente o sistema. Anteriormente, havia apenas uma opção: o advogado interessado em adquirir o certificado digital AC-OAB o comprava por meio do portal da seccional, no link certificado digital (<http://www.oab.org.br/acoab/default.htm>),

agendava em um dos pontos de homologação distribuídos por Goiânia, adquiria o token, oferecido e subsidiado pela Ordem, para só então, após a homologação, estar apto a peticionar ou utilizar seu certificado digital. A compra antecipada pelo site da OAB-GO ainda é recomendável, para que se possa agilizar ainda mais o atendimento na sala da seccional.

O secretário-geral da OAB-GO, Julio Cesar Meirelles (1), afirma que a possibilidade de realizar todo o processo em um só lugar veio “facilitar o exercício profissional dos advogados, uma vez que o certificado é uma exigência para acesso ao PJE, que vem sendo cada vez mais utilizado, especialmente na Justiça de Trabalho, mas em breve também será adotado em outros tribunais”.

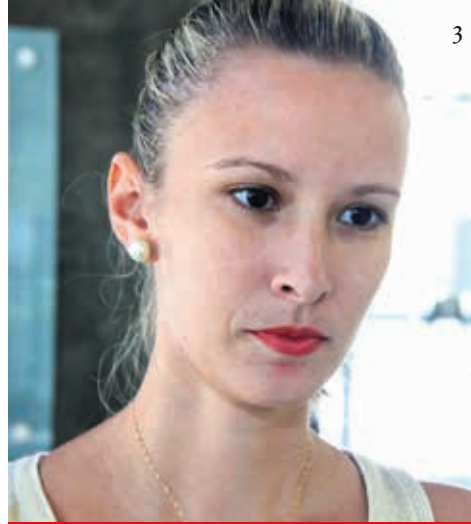
É o que explica o presidente da Comissão de Direito do Trabalho da OAB-GO, Jorge Jungmann Neto: “Hoje o advogado, especialmente o trabalhista, não consegue trabalhar sem a certificação digital. Todos os processos em Goiânia, Rio Verde, Itumbiara e Anápolis só correm via PJE. Apenas nos processos antigos ainda é possível utilizar o E-PET. Já foi implantada 67% da meta estipulada pelo TST para este ano no Estado”. O PJE deve se tornar o meio unificado de sistema de peticionamento eletrônico no País, de acordo com determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a ser cumprida paulatinamente.

Serviços

O presidente da Comissão de Direito Digital da OAB-GO, Tabajara Póvoa Neto, lista a quantidade de serviços que podem ser acessados via certificação digital. “Além do peticionamento em diversos tribunais, como STF, STJ, TST, TRT-18 e outros, é possível o acesso direto à sua declaração e cadastro junto ao site da Receita Federal, além de poder passar procurações eletrônicas, assinar contrato e demais documentos que exijam a certificação digital”, explica.

Outros fatores citados são a segurança e a praticidade da certificação: “Ela identifica de maneira inequívoca o advogado ou usuário, permitindo o acesso via internet a processos, petições e cadastros nos mais diversos órgãos, sem que para isso o profissional precise sair do seu escritório ou ambiente de trabalho, podendo até mesmo peticionar da sua residência, inclusive fora do horário de expediente”, complementa Tabajara Póvoa Neto.





A advogada Claudiane Alves Fernandes (2), que atua nas áreas Cível, Criminal e Trabalhista, afirma que a disponibilização de todos os processos para adquirir a certificação digital em um só lugar é “uma modernização para facilitar a vida dos advogados”. A advogada trabalhista Nataglia Borges Marinari (3) concorda: “Não precisar se deslocar para outro local para fazer a certificação é muito vantajoso”, conclui.

“Tinha de ficar ligando para fazer a solicitação, esperar a liberação do token, era tudo muito demorado e burocrático, agora está melhor”, opina o advogado trabalhista Luis Henrique Faria Vieira (4). “Achei perfeito o serviço ser oferecido aqui na sala da OAB no TRT-18. É prático e o atendimento muito bom”, afirma a advogada trabalhista e cível Regiane Amui (5).

O token de acesso à certificação digital custa R\$ 42. A certificação custa R\$ 115, valor pago exclusivamente à empresa certificadora, a Certifique Online. Sem a certificação online, o advogado não tem acesso ao PJE. Além disso, o Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO) também confirmou que vai dar início ao processo de implantação do sistema.

A Comissão de Direito Digital e Informática, em parceria com a Escola Superior de Advocacia (ESA) e a Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás (Casag), prepara cursos de petição eletrônica e certificação digital, além da Certificação Itinerante, que levará todos os serviços disponibilizados na capital para as subseções. “Facilitando o acesso dos advogados à certificação, a segunda etapa fica por conta de qualificá-los, para que possam peticionar no PJE de forma cômoda, sem grandes problemas no uso do sistema”, complementa o secretário geral da OAB-GO, Júlio Cesar Meirelles.

“A seccional goiana prepara os advogados para a inclusão digital há cerca de três anos. Temos a estrutura nas salas da OAB, com acesso à internet e funcionários treinados para realizar as devidas orientações. Agora, vamos expandir esse serviço, para habituar o advogado a trabalhar com o PJE”, esclarece o presidente da ESA-GO, Flávio Buonaduce Borges. “Facilitando o acesso dos advogados à certificação, a segunda etapa fica por conta de qualificá-los, para que possam peticionar no PJE de forma cômoda, sem grandes problemas no uso do sistema”, complementa Meirelles. O Conselho Federal da OAB também vai oferecer cursos para representantes das seccionais, que deverão multiplicar em suas sedes os conhecimentos sobre o sistema. Mais informações sobre os serviços oferecidos pela OAB-GO podem ser obtidas pelo telefone: (62) 3274-3752. ■





Ensino para todo o Estado

ESA INICIA PROJETOS QUE LEVAM MAIS OPORTUNIDADES DE CAPACITAÇÃO AOS ADVOGADOS DO INTERIOR

A Escola Superior de Advocacia (ESA) da OAB-GO deu início neste ano a um projeto que pretende implementar novas ferramentas que irão favorecer a capacitação dos advogados de todo o Estado, especialmente os do interior. Desde fevereiro deste ano, as palestras e cursos realizados na sede da escola são transmitidos pela internet, em tempo real e gratuitamente, para todos os advogados que não residem na capital. Basta acessar o site da ESA (www.oabgo.org.br/esa) e se conectar. As palestras também estão sendo gravadas para que, em breve, façam parte da biblioteca virtual que está sendo desenvolvida para o site da escola.

Eventos que normalmente são realizados na capital, envolvendo palestrantes de fora do Estado ou do exterior, e cuja duração é maior, dificilmente conseguem ser realizados fora de Goiânia. Em vista disso, a angústia dos advogados do interior, quando não podem ter acesso a esses eventos, é preocupação antiga da ESA. “Uma forma que a escola identificou como minimizadora dessa limitação foi a transmissão dos eventos da capital para o interior via internet. O advogado pode assistir sem ter de se deslocar a capital ou mesmo sem sair de seu escritório”, explica o diretor geral da ESA, Flávio Buonaduce Borges.

O link disponibilizado pela ESA pode ser acessado de qualquer computador com internet. O sinal de transmissão, contudo, é enviado somente para as subseções, ou seja, os advogados da capital devem participar das atividades de forma presencial. “A recepção pelos advogados locais está sendo ótima! É uma oportunidade de o interior se manter atualizado com as inovações do Direito; é a chance de o advogado do interior manter contato com os melhores doutrinadores do País. É uma excelente iniciativa da ESA, que está de parabéns”, afirma o presidente da Subseção de Uruaçu, Rodrigo Rodolfo Fernandes.



A presidente da Subseção de Jataí, Simone Oliveira Gomes, classifica a política de interiorização dos cursos, palestras e implantação dos cursos tele-presenciais como “um dos maiores benefícios concedidos aos advogados do interior de Goiás”. A iniciativa, segundo Simone, impulsionou a instalação da Delegacia da ESA em Jataí, equipada com uma sala de transmissão e recursos audiovisuais. “Isso permite a democratização das informações e a contínua capacitação e treinamento dos advogados do interior, oportunizando a todos interessados se manterem atualizados com as inovações cotidianas do nosso ordenamento jurídico”, observa a presidente.

Seminários

Além da transmissão dos eventos da capital para o interior via internet, a ESA-GO também começou a realizar eventos no interior com maior tempo de duração, entre um e dois dias. Estes seminários regionais são modulados para atingir uma microrregião específica do Estado, sendo abordados temas que aten-

dam à necessidade regional, atingindo, assim, um maior número de advogados.

“O advogado pode assistir sem ter de se deslocar a capital ou mesmo sem sair de seu escritório.”

O primeiro seminário foi realizado em abril, na Subseção de Rio Verde, em parceria com o Instituto Goiano de Direito Administrativo (IGDA), quando foi tratado sobre o pacto federativo, regime jurídico administrativo e o processo legislativo municipal. Além da participação de advogados, o evento também foi procurado por agentes públicos das prefeituras e das Câmaras das cidades vizinhas.

Em junho é a vez de Uruaçu receber o minicurso. “A previsão é de que sejam realizados a cada dois meses, e vamos alternando também os assuntos abordados”, explica Flávio Buonaduce Borges.

Para saber mais sobre os cursos e palestras oferecidos pela ESA-GO acesse o site <http://www.oabgo.org.br/esa/home/> ou ligue 3235-6500. ■

CONCURSEIROS TAMBÉM SÃO CONTEMPLADOS

Em junho, a Escola Superior de Advocacia (ESA) da OAB-GO começou a oferecer curso preparatório para o concurso da Procuradoria Geral do Estado (PGE), iniciativa que não deve parar por aí. A aula inaugural foi ministrada pelo professor Vitor Rhein Schirato, doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP).

De acordo com o diretor-geral da ESA, Flávio Buonaduce Borges, o curso preparatório foi um pedido do presidente Henrique Tibúrcio, que solicitou a disponibilização, pela ESA, de ferramenta que favorecesse os advogados optantes pela carreira na advocacia pública. “Cumprimos uma missão que o presidente nos deu no início dessa administração. A Escola Superior de Advocacia quase sempre trabalhou voltada para o advogado que atua na iniciativa privada. Com esse curso, atendemos de forma mais contundente o advogado que está focado na área da advocacia pública.”

A intenção do diretor é que sejam desenvolvidos novos cursos preparatórios, assim que sejam abertos novos concursos voltados para a advocacia pública. “Esse será o primeiro de vários outros que irão acontecer”, garante Flávio.

Saúde em primeiro lugar

ALÉM DE FACILITAR ACESSO AO PLANO DE SAÚDE,
CASAG FIRMA PARCERIA QUE POSSIBILITA AO ADVOGADO
DESCONTOS DE ATÉ 50% EM MEDICAMENTOS

Focada na saúde do advogado, a Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás (Casag) não para. Além de oferecer um plano de saúde com descontos e vantagens especiais – a Unimed-Casag –, firmou convênio com a rede de drogarias Ligmed para reduzir ainda mais os custos dos advogados com medicamentos. “A Casag sempre vai abraçar campanhas em defesa da saúde das pessoas”, diz o presidente da Casag, Júlio César Machado (1).

O convênio firmado com a rede de drogarias Ligmed já estava em funcionamento - em caráter experimental - desde meados de abril. Mas, desde 1º de junho, é oficial. Agora, as farmácias da OAB-GO (unidades da Rua 101, Setor Sul e Avenida Goiás) são operadas em parceria com a empresa especializada Ligmed, que tem tradição e eficiência comprovada no ramo.



Com descontos de, no mínimo, 21% sobre os produtos chamados éticos e de, pelo menos, 45% para medicamentos genéricos, os advogados podem adquirir os produtos diretamente nas farmácias da OAB/Ligmed ou pelo telefone 4002-4400. O presidente da Casag lembra que a farmácia da Caixa é o braço assistencialista da Ordem, que busca sempre o menor preço para oferecer a opção mais barata. “Vamos sempre levar ao conhecimento do advogado os meios de conseguir grandes descontos em medicação”, afirma.

A entrega é realizada em todo o Brasil, na residência ou escritório do advogado, sendo esse serviço gratuito para Goiânia. Para entregas no interior de Estado, também não há cobrança de frete para compras acima de R\$ 100. “Nós visamos o atendimento à saúde do advogado de forma integral”, resume Júlio César.

Aposentados e idosos contam com descontos ainda maiores, sem a perda dos já existentes planos de redução de preço em convênios com os laboratórios, os quais concedem descontos de até 50%. E, para obter o desconto, basta apresentar a carteira de advogado. Há ainda a possibilidade da compra ser feita com cartão de crédito, parcelada em até três vezes, dependendo do valor. De acordo com o presidente da Casag, em breve haverá ainda a opção para o advogado fazer a compra de medicamentos pelo site.

Plano

O plano de saúde Unimed-Casag oferece aos associados planos com mensalidades entre 10% e 15% mais baratas que na própria Unimed, chegando a ser até 35% mais baixas que no mercado. Isso porque o plano funciona na modalidade de contrato coletivo por adesão. “Mas todo advogado que precisar e não tiver condição pode nos procurar. Nosso papel é facilitar ao máximo o acesso ao plano de saúde”, garante o presidente da Casag.

Os valores dos planos oferecidos variam de acordo, principalmente, com a faixa etária do associado, mas há ainda especificações particulares que influenciam no preço. A maior vantagem do plano apontada por Júlio César é o acesso a uma rede de assistência médica ampla e altamente qualificada.

Dentro do plano, o serviço de UTI Móvel é gratuito, com possibilidade de cobertura em todo o Estado ou País. Com um atendimento personalizado e sem burocracia, os serviços do Unimed-

-Casag podem ser realizados na sede da Casag, localizada na Rua 100, nº 104, Setor Sul. Lá é possível fazer solicitação de cadastro, inclusão ou exclusão de dependentes, autorizações médicas e de procedimentos médicos e hospitalares.

Podem aderir ao plano Unimed-Casag os advogados e estagiários que estiverem regularmente inscritos na OAB-GO, além de seus dependentes de até terceiro grau, por consanguinidade, ou segundo grau, por afinidade. ■

QUALIDADE ISO 9001

A Casag tem mais um motivo para comemorar. E em grande estilo. Isso porque recebeu do Instituto de Certificação Qualidade Brasil (ICQ) a certificação ISO 9001:2008. Com validade de dois anos, o certificado internacional veio para confirmar o que os advogados da OAB-GO já sabiam: a qualidade do serviço oferecido pela Caixa.

Segundo a secretária-geral da Casag, Larissa de Oliveira Costa (2), há dois anos os procedimentos, funcionários e a própria diretoria da Caixa são preparados para receber a certificação. Ela comenta que foram feitas adequações para tornar o serviço prestado ainda mais eficiente, reforçando ações positivas. “Na primeira auditoria já fomos certificados”, comemora.

Para receber o ISO 9001, a Casag passou por auditoria externa e teve de preencher os requisitos estabelecidos nas atividades administrativas, comerciais e assistenciais. Decorrido o primeiro ano de certificação, será feita uma nova auditoria, mas apenas para manutenção. “É um processo constante de melhoria”, finaliza a secretária-geral.



Cuidando do seu futuro





Caldas Novas e Piracanjuba ganham novas sedes

OAB-GO INAUGURA ESPAÇOS QUE DARÃO TOTAL SUPORTE AO TRABALHO DOS ADVOGADOS

Mais duas subseções da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás (OAB-GO) ganharam novas sedes: Caldas Novas e Piracanjuba. Reivindicação antiga da classe, os espaços recém-inaugurados servirão para dar apoio à advocacia da região e garantir mais conforto aos advogados. E a OAB-GO não vai parar por aí. Além dessas, outras seis sedes estão sendo construídas no interior do Estado.

As obras tiveram um custo médio de R\$ 2 milhões cada. “Noventa por cento são recursos próprios da OAB-GO”, garante o diretor-tesoureiro da seccional goiana, Enil Henrique de Souza Filho. De acordo com ele, o investimento é proveniente da anuidade dos advogados de Goiás, mesma verba que mantém as sedes.

“Temos agora gastos com água, luz, telefone, funcionários. Por isso a importância de o advogado manter a anuidade em dia. O dinheiro que aplica durante o ano na OAB é revertido em produtos e serviços para ele próprio”, diz o diretor-tesoureiro ao comentar que os investimentos da OAB-GO são consequência do compromisso que o advogado tem com a Ordem e vice-versa.

Enil avalia que as novas sedes são um ganho muito grande para a advocacia. “O advogado tem agora nas duas subseções escritórios compartilhados, biblioteca e sala de convivência. Além disso, ambas as sedes são próximas dos fóruns das cidades, o que possibilita aguardar as audiências com mais conforto. Antes, era preciso ficar nos corredores dos fóruns”, explica.

O diretor-tesoureiro afirma ainda que, no dia-a-dia dos advogados, um escritório compartilhado com computadores, sala privada para atender clientes e telefone são uma grande vantagem. “Com a possibilidade de o advogado ficar na sede da OAB-GO, ele pode usufruir de um ambiente climatizado, arejado, com sofá, cafezinho e água”, afirma, listando uma série de benefícios.

Caldas Novas

Em Caldas Novas, o presidente da OAB-GO, Henrique Tibúrcio, inaugurou a sede e empossou a nova diretoria da subseção no dia 30 de abril. A sede leva o nome de Lafaiete de Godói e o salão social, Roberto Natal Martins. “É a primeira vez que nossa cidade possui uma sede da OAB”, co-

memora o presidente da subseção, Laudo Natel Mateus. Ele aproveita ainda para destacar o esforço conjunto da seccional para que a obra fosse realizada. O Tribunal de Justiça cedeu o direito do uso do terreno para a construção da sede, em uma área de cerca de 1 mil m². A OAB-GO entrou com os recursos.

O presidente da subseção comandará a diretoria ao lado de Amiral Castro Coelho (vice-presidente), Cláudia Helena Gonçalves Santos Vilela (secretária-geral), Tatiana Tristão do Couto Mendonça (secretária-geral-adjunta) e Antônio Henrique dos Reis Moreira (diretor-tesoureiro). A cerimônia de inauguração e posse da nova diretoria também contou com a participação do conselheiro federal da OAB por Goiás Miguel Cançado, do ex-presidente da Subseção de Caldas Novas Carlos Martins de Oliveira, do defensor público-geral do Estado, Cleomar Rizzo Esselin Filho, e do prefeito de Caldas Novas, Evando Magal.

Piracanjuba

Já a primeira sede administrativa e social da Subseção de Piracanjuba foi batizada de David Mauriz, em homenagem ao advogado militante do município que prestou grandes serviços à advocacia goiana. Com 674 m², o prédio, que conta com área administrativa, escritório compartilhado e salão social, demorou cerca de um ano e meio para ficar pronto. “Um prazo relativamente rápido”, afirmou o diretor-tesoureiro da OAB-GO.

Na inauguração, o presidente Henrique Tibúrcio empossou o advogado Carlos Cruvinel novamente como presidente da subseção, além do vice-presidente Ely Alves de Lima; do secretário-geral Jaime Gomes de Souza Júnior; da secretária-geral-adjunta Marilene Vieira Sampaio; e do diretor-tesoureiro José Arnaldo Vasconcelos Oliveira.

Em seu discurso de posse, Carlos Cruvinel agradeceu o empenho de todos para a construção da nova sede na pessoa do presidente Henrique Tibúrcio e reiterou o compromisso de se dedicar incansavelmente à advocacia goiana. “Agora temos condições de oferecer mais conforto e um atendimento de qualidade aos advogados. Nosso espaço físico conta com toda a estrutura e seremos sempre gratos”, afirmou.

Carlos Cruvinel lembrou ainda que foram 20 anos de luta para que a sede da OAB-GO no

município se tornasse uma realidade. “É um verdadeiro presente para os advogados piracanjubenses. Estamos do lado do Fórum para atender todos os advogados que militam na comarca. Estamos em êxtase”, resumiu.

O presidente do Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO), Ney Teles de Paula, que é de Piracanjuba, fez questão de comparecer à cerimônia. Além dele, também marcaram presença os conselheiros federais da OAB por Goiás Miguel Cançado e Reginaldo Martins, o prefeito de cidade, Amaury Ribeiro; o presidente da Câmara Municipal, William Borges; e a diretora do Foro de Piracanjuba, juíza Patrícia Machado Carrijo. ■



Um clique de oportunidades

ALEXANDRE ATHENIENSE, UM DOS MAIORES ESPECIALISTAS EM DIREITO DIGITAL NO BRASIL, DÁ DICAS PARA QUEM QUER ATUAR NA ÁREA

O advogado e professor Alexandre Atheniense é um dos maiores especialistas em Direito e Tecnologia da Informação no Brasil. Se o assunto é Direito Digital, seu nome é sempre lembrado. E assunto não falta em um mundo que dá cada vez mais espaço ao meio digital. De acordo com dados do Ibope, o número de brasileiros com acesso à internet no local de trabalho ou em residências ultrapassou os 70 milhões em 2012. E se forem considerados todos os ambientes, como escolas e lan houses, por exemplo, o acesso à internet chegou a 85 milhões.

Visionário, Alexandre viu na expansão da internet e do acesso da população às novas tecnologias um enorme potencial. Graduado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), fez curso de especialização em Internet Law e Propriedade Intelectual no Berkman Center, um centro de pesquisa ligado à universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Atuante nas áreas de Direito Empresarial e Direito Digital, além de blogueiro e articulista, é autor dos livros Comentários à Lei 11.419/2006 e as Práticas Processuais por Meio Eletrônico e Internet e o Direito, se tornando referência no assunto.

Alexandre explica que o que torna o Direito Digital mais interessante é o seu caráter multidisciplinar. “O tema digital envolve diversas áreas da nossa vida e se entrelaça com vários ramos tradicionais do Direito”, comenta. Para ele, quem trabalha nessa área deve manter-se atualizado diariamente. “Nós que atuamos nesse ramo temos que, além de ter conhecimento jurídico, gostar de tecnologia.” Outras dicas importantes dadas pelo especialista para os iniciantes em Direito Digital é saber falar bem o inglês. “Quem domina a língua inglesa tem a seu favor uma vastidão de fontes de informação e estudo”, argumenta.

O especialista lamenta ainda que as faculdades de Direito em todo País, salvo raras exceções, ainda não tratem o tema com a devida importância. E ele tem propriedade para falar, afinal, ajudou a Escola Superior de Advocacia (ESA) da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo (OAB-SP) a criar o primeiro curso de pós-graduação de Direito de Informática lançado no Brasil, sendo professor e coordenador deste que, desde 2006, conta com 12 linhas de pesquisa na área.

Para Alexandre, um dos maiores desafios do advogado especializado em Direito Digital é saber contextualizar os fatos que diariamente são divulgados na mídia a favor da advocacia e das necessidades dos clientes. “Isso requer atenção e atualização constantes”, declara, lembrando que, cada vez menos, o advogado trabalha com papel. Para ele, ainda é necessário romper o senso comum, afastando a ideia de que a internet é uma terra sem lei.

Nos últimos anos, a legislação dedicada exclusivamente aos crimes praticados na internet avançou bastante. A Reforma do Código Penal brasileiro, em discussão no Congresso Nacional, prevê o detalhamento de crimes virtuais. Desde a primeira semana de abril deste ano, inclusive, já está em vigor a Lei 12.737/2012, popularmente conhecida como Lei Carolina Dieckmann, que tornou crime condutas que surgiram essencialmente no meio digital, como invasão de privacidade e perturbação da ordem pública. Segundo Alexandre, esses eram dois pontos que ainda não estavam previstos no Código Penal.

Vale ressaltar ainda que a discussão dessa lei só tomou corpo no Congresso Nacional após o escândalo que ganhou grande repercussão na imprensa de todo o Brasil envolvendo o vazamento de fotos amadoras da atriz Carolina Dieckmann

nua. Durante a investigação do caso, surgiram diversas versões para o ocorrido. Em uma delas, a atriz teria acusado uma empresa de assistência técnica, que havia consertado seu computador. No entanto, Carolina também considerou a hipótese de que hackers acessaram remotamente seu computador, roubando os arquivos e espalhando-os pela rede.

Apesar do avanço, o especialista ainda aponta falhas na nova lei. “Além da penação ser muito branda para quem pratica o crime, a redação final do texto da lei favoreceu, sobretudo, o governo. Digo isso porque dar uma ‘espiadinha’ nas informações de terceiros não foi proibido. Para ser considerado crime, quem tiver acesso a informações confidenciais terá de revelá-las. E quem mais espia nossas informações pessoais é o próprio governo, que não vai ser punido se isso acontecer”, explica.

Com o passar dos anos, o professor tem acompanhado o crescimento da procura por advogados interessados em se especializar na área de Direito Digital. Na sua visão, um dos fatores é que a nova geração, a chamada Geração Y, vive conectada ao mundo virtual, seja nas relações pessoais ou profissionais. Geração Y, inclusive, é um conceito utilizado por sociólogos para definir a geração de pessoas que nasceram a partir da década de 80. De acordo com essa teoria, essas pessoas têm mais facilidade no manuseio de novas tecnologias – como TV a cabo, videogames e computadores, por exemplo – por terem vivenciado desde os primeiros anos de vida muitos avanços tecnológicos.

O advogado lembra ainda que quando começou a trabalhar nessa área, o tema mais recorrente era propriedade intelectual. Hoje em dia, contudo, quem se interessa pelo Direito Digital deve estar disposto a solucionar os mais diversos temas que surgem no meio eletrônico. “É uma área bastante promissora. Atualmente todas as áreas estão migrando para o meio digital”, resumiu.

Pioneirismo

O interesse de Alexandre Atheniense por novas tecnologias começou cedo. Em 1981, quando entrou da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), seu pai, então presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais (OAB-MG), Aristoteles Atheniense, foi convidado pelo governo dos Estados Unidos para conhecer as instituições



O advogado e professor Alexandre Atheniense é um dos maiores especialistas em Direito e Tecnologia da Informação no Brasil.

jurídicas norte-americanas. Foi quando surgiu a ideia de comprar um computador para o escritório da família. “Acredito que tenha sido um dos primeiros do País a implantar a tecnologia da informação em seus procedimentos”, afirma.

A partir daí, Alexandre, de forma visionária, logo percebeu que o computador não era apenas um instrumento de trabalho, mas um meio com o qual o Direito iria se relacionar pelas consequências que a interação que essa tecnologia proporciona aos seus usuários. Essa percepção foi a motivação para que ele procurasse mais conhecimento sobre o assunto, seguindo então, em 2001, para um curso de especialização em Harvard, nos Estados Unidos. E não parou mais. Seguiu com os estudos, escreveu livros e hoje é um dos maiores especialistas em Direito Digital no Brasil. “São as oportunidades acadêmicas que me mantêm atualizado”, acredita.

Do seu primeiro contato com o computador até os dias de hoje, Alexandre viu muitas mudanças tecnológicas. Mudaram as máquinas e o Brasil também. As leis foram modificadas. Apesar de a legislação vigente ainda não contemplar em sua totalidade todas as especificidades que o meio digital proporciona, já temos um norte a seguir. E é na velocidade que as informações correm o mundo, sendo capazes de transformar tudo em apenas um clique, que está a dica mais valiosa de Alexandre para quem quer se especializar em Direito Digital: a busca constante por manter-se atualizado. Em resumo, é preciso ser um profissional antenado. ■

Informação e conhecimento a serviço da advocacia

ADVOGADOS DESCOBREM O SISTEMA DE INTELIGÊNCIA E MERCADO (SIM) DA OAB-GO, IMPORTANTE FERRAMENTA PARA O SUCESSO PROFISSIONAL

Cada dia mais, os advogados de Goiás têm descoberto no Sistema de Inteligência e Mercado (SIM) da OAB-GO uma importante ferramenta na busca de informação para melhoria da qualidade do serviço prestado e de consultoria para captação de clientes. A demanda é crescente. Apenas nos últimos dez meses, segundo o Google Analytics – que mede número de visitas em sites –, foram 25 mil acessos. O serviço é oferecido gratuitamente por meio de link no portal da seccional.

Para o diretor-tesoureiro da OAB-GO, Enil Henrique de Souza Filho, o aumento da demanda se deve ao fato de que hoje os advogados já estão mais familiarizados com a ferramenta. “A aceitação é muito boa. E quanto mais pessoas acessam, temos mais advogados utilizando esse serviço, o que só traz benefícios para a categoria.”

Segundo o diretor-tesoureiro, não basta dominar o saber jurídico para ser bem-sucedido na carreira, é preciso, também, conhecimentos diversos como relacionamento interpessoal e marketing. “A Ordem sabe deste desafio e busca disponibilizar ferramentas de suporte e instrução aos advogados, seja pelos diversos cursos de atualização profissional ou projetos permanentes”, pontua.

Enil enumera, ainda, as vantagens da busca de conhecimento e relata o impacto direto que isso pode causar no trabalho do advogado. “Ficando por dentro de uma série de estudos e informações que são oferecidas gratuitamente por meio dessa ferramenta, o advogado tem condições de identificar nichos de mercado, observar novas formas de buscar clientes dentro das zonas legais e ter acesso a uma consultoria virtual gratuita”, completa.

Entusiasta do SIM, o presidente da Comissão de Seleção e Inscrição da OAB-GO, Enil Henrique de Souza Neto, conta que a ideia de disponibilizar a ferramenta surgiu no início da primeira gestão do presidente Henrique Tibúrcio, justamente para orientar os advogados em nível de marketing jurídico e gestão de escritórios, matérias que não são contempladas na faculdade. “O SIM atualiza o advogado no trato com o mercado. É uma ferramenta que norteia a carreira dos advogados”, afirma.

O especialista em marketing jurídico e gestor e consultor do SIM da OAB-GO, Victor Furtado, afirma que já respondeu centenas de perguntas de advogados que procuraram o sistema, principalmente para sanar dúvidas a respeito de captação ética de clientes e marketing pessoal. Segundo ele, a ferramenta é importante não apenas para o advogado em início de carreira, mas também para o profissional com mais de 20 anos de atuação. “Neste caso, é preciso recuperar aquela antiga personalidade de advogado iniciante querendo provar algo para si mesmo. É preciso invocar a garra da juventude e buscar um novo sonho, agora com a humildade que só aquele que realmente sabe das coisas possui”, argumenta.

O SIM contribui exatamente para que o advogado identifique e enfrente os desafios atinentes ao momento profissional pelo qual está passando. De acordo com o consultor, a carreira na advocacia pode ser dividida em cinco fases: o aprendiz, o contratado ou empreendedor, o proprietário ou sócio de serviço, o estabelecido e, por fim, o equilibrista (veja quadro). Independentemente do ciclo de carreira que o advogado atravessa, os desafios não diminuem, apenas mudam. “Quem

não evolui caminha para a extinção. Na advocacia, assim como em outras profissões liberais com base em serviço, seu produto é você mesmo, assim como a total responsabilidade pela sua carreira. Os desafios serão permanentes e sempre haverá decisões estratégicas a serem tomadas”, pondera Victor.

Como funciona?

Para acessar a ferramenta é muito simples. Basta procurar o link do SIM no portal da OAB-GO (www.oabgo.org.br), que já é possível ter acesso a vídeos e artigos sobre os mais diversos temas, como captação de clientes, mercado e marketing jurídico, marketing pessoal, gestão de escritórios, consulta e interpretação das pesquisas da OAB-GO, gestão da carteira de clientes, fidelização e retenção de clientes, ampliação de contratos, critérios e técnicas de seleção de profissionais na advocacia, uso de mídias sociais e conceitos e modelos de propostas de serviços/honorários.

O advogado Luís Eduardo Sales Fernandes pegou sua carteira da OAB-GO no início do ano e, de lá pra cá, tem utilizado o sistema com muita frequência. “É de fundamental importância. O consultor tem me dado ótimas dicas que têm influenciado positivamente na minha carreira. Todas as vezes que precisei fui muito bem atendido e recebi dicas que apliquei na minha prática profissional”, elogia.

Luís Eduardo comenta ainda que para ele, que está em início de carreira, a busca por informações que vão além de questões meramente jurídicas é fundamental. “Ultimamente, a advocacia está muito concentrada em ações que vão além do marketing, e sinto dificuldade, não por falta de conhecimento jurídico, mas por não ter um ou dois cabelos brancos. É um trabalho de Hércules. Por isso, quanto mais ajuda, melhor”, afirma.

O também advogado Célio Holanda Freitas, que tem 32 anos de carreira, conheceu a ferramenta há pouco tempo e ainda não usufruiu dela em sua totalidade. “Mas é uma questão de tempo. De agora em diante, sei que vou usá-la bastante”, garante. ■

Ciclos de Carreira	Principais Desafios
O Aprendiz (estagiários)	Definição da área do Direito a qual se dedicar. Desenvolvimento da capacidade técnica, postura profissional e de relacionamento humano. Capacidade de organização das tarefas. Respeito e cumprimento dos prazos. Modelagem de comportamento. Comprometimento. Compreensão do outro e aceite de suas regras.
O Contratado ou Empreendedor (cinco primeiros anos de mercado)	Modelo de trabalho. Produtividade e eficiência jurídica. Habilidade de relacionamento hierárquico vertical e horizontal. Gestão da imagem profissional. Estruturação de redes de relacionamento. Transformação de contatos em contratos de serviços. Confirmação de sua qualidade jurídica e especialização.
O Proprietário ou Sócio de Serviço (entre seis e dez anos de mercado)	Expansão e rentabilidade da carteira de clientes. Gestão do escritório. Eficiência da equipe jurídica. Marca jurídica. Reputação profissional. Manutenção da satisfação dos atuais clientes. Acúmulo de responsabilidades. Delegação de tarefas. Decisões societárias. Definição de posicionamento de mercado.
O Estabelecido (entre onze e vinte e cinco anos de mercado)	Expansão para novos nichos de mercado. Manutenção da participação de mercado, da equipe jurídica e reputação profissional. Combate a obsolescência decorrente da acomodação. Solidificação dos relacionamentos e parceiros. Performance de gestão e plano de carreira do escritório visando manutenção da satisfações dos clientes, profissionalização dos serviços e retenção de talentos.
O Equilibrista (mais de vinte e cinco anos de mercado)	Novos cenários de mercado. Manutenção da reputação conquistada e da qualidade da produção jurídica. Relacionamento com advogados mais jovens (geração Y). Relação com sócios. Autoavaliação sincera e adequação aos novos cenários. Equilibrar-se entre o passado e o futuro, se reinventar e partir em busca de novos grandes desafios.

**Quem**

José Caetano de Brito.

O que faz

Advogado especialista em Direito de Família.

Onde

Sala da OAB-GO no Fórum do Setor Oeste.

Por que

Utilização da plataforma Projudi.

“Gosto bastante do atendimento, os profissionais da sala são excepcionais. Sugiro apenas que instalem mais computadores, para acesso ao Projudi.”

Quem

Frederico Alves.

O que faz

Advogado cível.

Onde

Sala da OAB-GO no Fórum do Setor Oeste.

Por que

Depósito judicial.

**Quem**

Walter Silva Reis.

O que faz

Advogado cível.

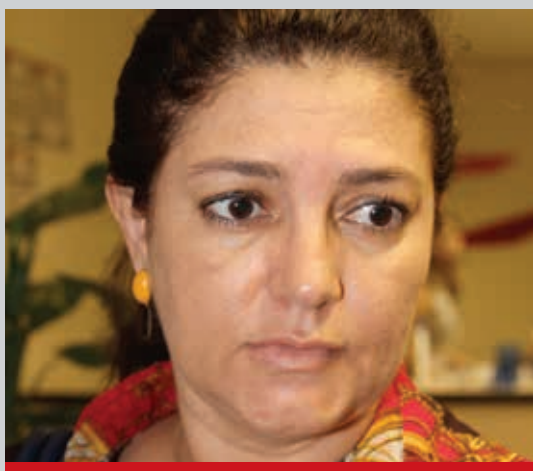
Onde

Sala da OAB-GO no Fórum do Setor Oeste.

Por que

Protocolo de um agravo regimental.

“Utilizo muito os computadores das salas da OAB para fazer consultas e acessar o Projudi. Além disso, entre um trabalho e outro é sempre bom tomar um café, beber uma água.”



Quem

Mônica Pinheiro Rodrigues.

O que faz

Advogada cível e trabalhista.

Onde

Sala da OAB-GO no Fórum do Setor Oeste.

Por que

Retirada de extratos e consulta de processos.



Quem

Pedro Henrique Cândido.

O que faz

Advogado cível.

Onde

Sala da OAB-GO no Fórum do Setor Oeste.

Por que

Organizar uma petição para protocolizar.



Quem

Marco Túlio Bezerra de Azeredo Bastos.

O que faz

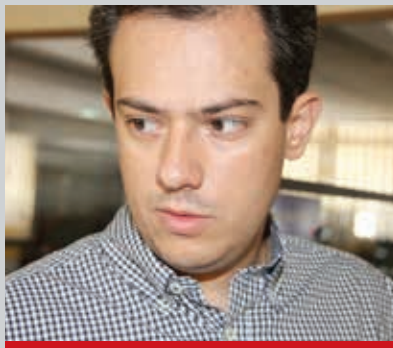
Advogado cível e administrativo.

Onde

Sala do Protocolo Integrado no Centro de Serviços da OAB-GO.

Por que

Consulta de processo de precatória para o interior.

**Quem**

Rossini Bezerra Rossi.

O que faz

Advogado cível.

Onde

Sala do Protocolo Integrado no Centro de Serviços da OAB-GO.

Por que

Consulta de processos.

Quem
Carla Sahium.

O que faz
Advogada cível.

Onde
Sala do Protocolo Integrado no Centro de Serviços da OAB-GO.

Por que
Protocolo, análise de andamento de processos e retirada de extratos.

**Quem**

Rafael Faria de Amorim.

O que faz

Advogado trabalhista e consumerista.

Onde

Sala do Protocolo Integrado no Centro de Serviços da OAB-GO.

Por que

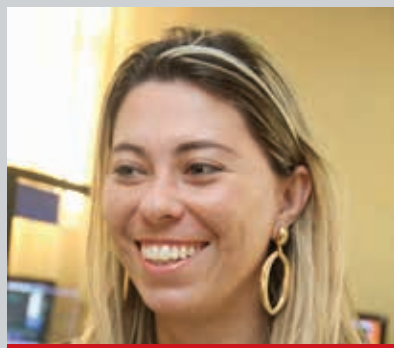
Protocolo e atualização do SPG do Tribunal.

Quem
Denise Caroline Garinfeld.

O que faz
Advogada previdenciária.

Onde
Sala do Protocolo Integrado no Centro de Serviços da OAB-GO.

Por que
Retirada de extrato de processo.



PEC-33 é inconstitucional

**PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL
QUER SUBMETTER DECISÕES DO STF AO
CONGRESSO NACIONAL**



A OAB-GO é contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 33/2011, que impõe limites ao poder do Supremo Tribunal Federal (STF). A iniciativa, de autoria do deputado federal Nazareno Fonteles (PT-PI), foi acolhida pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados e, caso seja aprovada, vai alterar o quórum do STF para declarar inconstitucionalidade de proposta de emendas constitucionais, além de exigir que a emissão de súmulas vinculantes fique condicionada à análise do Congresso Nacional.

Para o presidente da OAB-GO, Henrique Tibúrcio, a PEC-33 é “a maior tentativa de interferência na independência dos três poderes desde a redemocratização do País”. A Constituição Federal assegura a separação dos Poderes do Estado – Executivo, Legislativo e Judiciário – em cláusula pétrea, visando, principalmente, evitar que um dos poderes usurpe as funções de outro, tornando-os independentes e harmônicos entre si. Desse modo, afirma Tibúrcio, a “PEC-33 afronta a interdependência dos três poderes e a própria harmonia entre eles, ferindo a Carta Magna”.

A aprovação da PEC, segundo o presidente da Comissão de Direito Constitucional e Legislação da OAB-GO, Otávio Alves Forte, poderia implicar na revisão da própria Constituição

Federal por parte do Congresso, ainda que não tenha sido eleito com esta finalidade. “A Constituição tem o legislador originário, chamado legislador constituinte, que foi eleito em 1985 para elaborar a Constituição, e tem o legislador derivado, que é o Congresso, que não pode fazer uma nova Constituição ou mesmo modificar princípios imutáveis, como os direitos individuais do cidadão”, explica.

Coincidência

Na justificativa da proposta, Nazareno Fonteles aponta “ativismo judicial” do Supremo, ou seja, que o tribunal estaria criando normas que seriam de competência do Legislativo. Para o parlamentar, o ativismo representa “grave violação ao regime democrático e aos princípios constitucionais”.

O presidente da OAB-GO, no entanto, acredita que discussão da PEC-33 no Congresso Nacional coincide com o julgamento pelo STF da Ação Penal 470, o famoso Mensalão, que condenou 25 réus, entre eles o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, o ex-presidente do PT, José Genoino, e os deputados federais João Paulo Cunha (PT-SP), Pedro Henry (PP-MT) e Valdemar Costa Neto (PR-SP).

Essa também é a leitura do conselheiro seccional e presidente da Comissão de Direito Constitucional e Legislação da OAB-GO, Otávio Alves Forte. “A aprovação da polêmica PEC vem em um momento em que o Supremo tem atuado de forma veemente em relação a atos de corrupção, como o Mensalão. Dessa forma, a própria aprovação na CCJ, sem um debate aprofundado, pode ser considerado um riso à democracia, pois se trata de uma ameaça velada do Congresso ao STF.” ■



DIREITO PREVIDENCIÁRIO

“Para quem busca atuar no Direito Tributário, visando a conhecer não só o tributo, mas o porquê de sua incidência e seus fundamentos, a obra do professor Paulo de Barros Carvalho intitulada *Direito Tributário: Fundamentos Jurídicos da Incidência* (Editora Saraiva) é indispensável. Esse livro oferece uma visão mais acurada e sistêmica da área. Embora pareça um livro teórico, vez que descreve conceito, normas de interpretação, é escrito por um autor que além de professor é advogado. Assim, oferece bastante conteúdo essencial para o dia-a-dia do advogado, auxiliando na compreensão do ato fiscal realizado e permitindo que se possa confrontar tais atos com a legislação, doutrina e jurisprudência. Para aprofundar-se na compreensão do Imposto Sobre Serviços (ISS), muitas vezes relegado pelos militantes no Direito Tributário, mas muito rico em polêmicas e discussões profícuas, recomendo o livro de Natália de Nardi Dácomo, *Hipótese de Incidência do ISS* (Editora Noeses). A autora é também advogada com formação acadêmica profunda e busca não só apresentar conceitos formadores do tributo estudado, mas associá-lo a questões práticas, como a análise de item a item da lista de serviços, servindo inclusive como manual de consulta, já que bastante atualizado com os entendimentos jurisprudenciais. É importante ressaltar que a obra não fixa seus preceitos na jurisprudência e, sim, no texto da lei, o que favorece a compreensão do tributo de maneira ampla, de forma a capacitar aqueles que se empenham nessa jornada a pensar de forma abrangente e eficaz a tributação pelo ISS.”



Marcus Vinícius Marcílio Cardoso.

DIREITO ADMINISTRATIVO

A presidente da Comissão Especial da Mulher Advogada do Conselho Federal da OAB, Fernanda Marinela, lançou em abril a 7ª edição de seu livro *Direito Administrativo*. Nesta edição, a autora atualizou e incluiu pontos importantes do Direito Administrativo, entre os quais comentários sobre a Emenda Constitucional nº 70 e sobre o Regime Complementar de Previdência, que interferem na vida dos servidores públicos. A obra conta também com atualização da jurisprudência, abrangendo as súmulas correlatas e diversas repercussões gerais pertinentes a cada tema, algumas com simples declaração e outras com mérito já decidido. Além de sistematizar de maneira didática e objetiva os principais conceitos e posições dogmáticas e jurisprudenciais ao longo dos 14 capítulos da obra, Fernanda Marinela lança mão dos acórdãos mais relevantes e das jurisprudências atualizadas que promovem, por vezes, o contraponto necessário à formação da opinião dos leitores.



DIREITO EMPRESARIAL

O advogado goiano Leonardo Honorato Costa lançou, em abril, em São Paulo, o livro *Direito Empresarial: Os Novos Enunciados da Justiça Federal* (Editora Quartier Latin). Com apresentação do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Ruy Rosado e prefácio do professor Alfredo de Assis Gonçalves Neto, a obra foi produzida pelos membros da Comissão de Empresa e Estabelecimento da 1ª Jornada de Direito Empresarial, realizada pelo Conselho da Justiça Federal, que escreveram sobre cada um dos temas discutidos no evento. Além da participação de Honorato, o livro, coordenado pela professora Suzy Elisabeth Cavalcante Koury, conta ainda com artigo do doutrinador português José Engrácia Antunes. A obra significa um passo além das jornadas, mantendo para depois do encerramento dos trabalhos o mesmo espírito de investigação e estudo dos assuntos comercialistas.



DIREITO AMBIENTAL

Uma das maiores autoridades na área de Direito Ambiental no País, o advogado Êdis Milaré uniu-se a dois renomados professores de Direito Penal para produzir a obra *Direito Penal Ambiental* (Editora RT). O livro procura responder às novas necessidades de doutrina e interpretação legal, em conformidade com o contexto ecológico e socioeconômico do Brasil. Seus autores primaram pela exposição doutrinária, buscando deixá-la acessível tanto aos cultores do Direito quanto a um público mais amplo de estudiosos e gestores ambientais. Além de Milaré, participam do trabalho os professores Paulo José da Costa Júnior, da Universidade de São Paulo (USP), e Fernando José da Costa, da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap).





**O BRASIL
PRECISA
DE VOCÊ.**

EXIJA A REFORMA POLÍTICA.

*É hora de arregaçarmos as mangas e dar a nossa
contribuição por um Brasil melhor.*

*Acesse www.eleicoeslimpas.org.br e compartilhe essa ideia
que pode mudar o futuro do nosso país para melhor.*

www.eleicoeslimpas.org.br





Henrique Tibúrcio é homenageado na Assembleia

A Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) realizou sessão especial no dia 3 de maio, para homenagear autoridades e representantes da sociedade organizada que prestaram relevantes serviços à Justiça Trabalhista, entre os quais o presidente da OAB-GO, Henrique Tibúrcio. Ele recebeu placa de homenagem das mãos da presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (TRT-18), desembargadora Elza Cândida da Silveira, e do presidente da Alego, deputado Helder Valin. A sessão especial, em celebração aos 70 anos de criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), foi proposta pelo vice-presidente da Casa, deputado Hélio de Sousa. A seccional também foi representada no evento pelo secretário-geral Julio Cesar Meirelles e pelo conselheiro seccional e presidente do Instituto Goiano de Direito do Trabalho (IGDT), Rafael Lara. ■



Seccional pede providências ao diretor do Foro de Goiânia

Diretores da OAB-GO se reuniram em abril e maio com o diretor do Foro de Goiânia, juiz Átila Naves Amaral, para discutir a ampliação das salas do advogado nos dois fóruns da capital e solicitar providências para solucionar os constantes problemas apresentados pelo sistema Projudi, que constantemente fica fora do ar. O magistrado determinou que as coordenadorias judiciária e administrativa apresentem opções para a ampliação das salas e ofereceu a opção de reservar um espaço com 50 vagas de estacionamento para a advocacia no Fórum Fenelon Reis, cujo projeto está em fase de finalização. Por fim, a OAB-GO solicitou autorização para que sejam instalados equipamentos de wi-fi em todos os andares do Fórum Heitor Fleury, para que a seccional ofereça aos advogados internet sem fio gratuita em todo o prédio, medida aprovada pelo juiz. ■



TRT-18 atende demandas da seccional

Comitivas da OAB-GO se reuniram por diversas vezes com a presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (TRT-18), desembargadora Elza Silveira, para pleitear melhorias na prestação jurisdicional. A principal demanda era relativa aos constrangimentos provocados aos advogados ao tentarem entrar no prédio do tribunal e serem barrados pelos detectores de metais das portas giratórias. Para resolver o problema, foram instalados cinco aparelhos de raio X nas dependências do TRT e do Edifício Ialba-Luza e estão previstos outros três nos fóruns de Rio Verde, Anápolis e Aparecida de Goiânia. A seccional também pediu a paralização da implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) em Goiás, medida adotada pela presidente do tribunal em abril, e a publicação de normativas para orientar os magistrados quanto a procedimentos que devem ser adotados diante de falhas e mudanças no sistema. ■



Instituição Terra Fértil pede ajuda à OAB-GO

Representantes da Terra Fértil, instituição que abriga crianças e adolescentes em Goiânia, se reuniram com diretores da OAB-GO no início de abril para pedir ajuda na tentativa de impedir reintegração de posse do terreno onde a entidade está estabelecida. Com apoio da Ordem e da sua Comissão de Direitos Humanos, a ação conseguiu ser revertida, com suspensão da reintegração de posse pelo desembargador Orloff Nunes Rocha, do Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO). Uma possível nova decisão judicial, no entanto, pode futuramente determinar mais uma vez a desocupação do terreno. Em vista disso, a OAB-GO trabalha para chegar a uma solução que evite prejuízos às crianças e adolescentes assistidos pela instituição. ■

Membros da OAB-GO são nomeados para comissões do CFOAB

O presidente da OAB-GO, Henrique Tibúrcio, foi convidado em abril pelo presidente do Conselho Federal da OAB (CFOAB), Marcus Vinicius Furtado Coêlho, para compor a Comissão Especial de Revisão do Sistema Eleitoral, cuja função será rever, se necessário, o provimento sobre as eleições e o próprio Regulamento Geral do CFOAB no que se refere ao processo eleitoral. Também foram convidadas para integrar o conselho a presidente da Subseção de Jataí, Simone Oliveira Gomes, nomeada uma das 12 membros da Comissão Especial da Mulher Advogada do CFOAB; e a conselheira seccional e presidente da Comissão de Direito Homoafetivo da OAB-GO, Chyntia Barcellos, que assumiu a vice-presidência da Comissão Especial da Diversidade Sexual da OAB. ■



Diretores da Ordem se reúnem com corregedora-geral

O secretário-geral da OAB-GO, Julio Cesar Meirelles, a secretária-geral-adjunta Márcia Queiroz e o diretor-tesoureiro Enil Henrique de Souza Filho se reuniram com a corregedora-geral da Justiça de Goiás, desembargadora Nelma Branco Perillo, no dia 17 de abril, a fim de propor que cartórios extrajudiciais do interior do Estado orientem a população quanto ao direito de escolher o advogado que prestará a assessoria jurídica em seu procedimento. O encontro foi solicitado em vista de denúncias recebidas pela seccional de que cartórios têm indicado o advogado que deve ser contratado pelo cliente que procura serviços como divórcio consensual e inventários. A Ordem já havia debatido o assunto com a Corregedoria em julho de 2012 e, desta vez, pediu três providências: que cada cliente seja orientado quanto ao seu direito; a lista de procedimentos de cada cartório; e a apresentação aos clientes de lista dos advogados que podem ser contratados, com os respectivos telefones, conforme modelo adotado em Itumbiara. A corregedora-geral mostrou-se preocupada com as questões expostas e comprometeu-se a debater o assunto internamente e apresentar resposta à OAB-GO. ■

Câmara aprova honorários de sucumbência trabalhistas

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou no dia 21 de maio a redação final do Projeto de Lei 3392/2004, que estende os honorários de sucumbência para os advogados que militam na Justiça do Trabalho. O texto estabelece que, nas causas trabalhistas, a sentença condenará a parte vencida, inclusive a Fazenda Pública, ao pagamento de honorários de sucumbência aos advogados da parte vencedora, fixados entre o mínimo de 10% e o máximo de 20% sobre o valor da condenação. Como a aprovação ocorreu em caráter terminativo, a matéria segue diretamente para apreciação do Senado, sem necessidade de votação no plenário da Câmara. ■



Ordem realiza seminário destinado às polícias

A OAB-GO promoveu, no dia 25 de abril, seminário dirigido à área da Segurança Pública do Estado de Goiás, Polícia Militar, Polícia Civil e à Agência Goiana do Sistema de Execução Penal (Agsep), no auditório Eli Alves Forte. Policiais civis e militares, agentes da Agsep e autoridades da área participaram do evento, sugerido pelo secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás, Joaquim Mesquita, após reunião com o presidente Henrique Tibúrcio, em que foram pedidas providências em relação aos policiais militares que agrediram dois advogados em Goiânia, no último mês de janeiro. A primeira mesa de trabalhos foi coordenada pelo presidente da Comissão de Segurança Pública e Política Criminal da OAB-GO, Rodrigo Lustosa Victor, e teve como palestrantes o procurador de Justiça Abrão Amisy Neto; o juiz Wilton Muller; e a presidente da Comissão de Direitos Humanos da seccional, Mônica Araújo de Moura. A segunda mesa teve fala do presidente e do vice-presidente da Comissão de Direitos e Prerrogativas da OAB-GO, Alexandre Ramos Caiado e Alexandre Pimentel. Também participaram do seminário o superintendente de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública e Justiça de Goiás, delegado Marcelo Aires Medeiros; o corregedor da Polícia Militar, coronel Lourival Camargo; e o diretor de recuperação da Agsep, Aristóteles Sakai, além do o secretário-geral da OAB-GO, Julio Cesar Meirelles, o diretor-tesoureiro Enil Henrique de Souza Filho e o diretor-geral da Escola Superior de Advocacia (ESA), Flávio Buonaduce Borges. ■

Relatório pede interdição de terminal

O presidente da OAB-GO, Henrique Tibúrcio, pediu a interdição do Terminal Padre Pelágio no dia 6 de junho, quando anunciou novas vistorias de terminais de ônibus da Região Metropolitana de Goiânia. Relatório da Comissão de Direitos Humanos da Ordem, que avaliou terminais entre junho e outubro de 2012, concluiu que nos locais há violação dos princípios de dignidade humana previstos na Constituição Federal, da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei 12.587/2012) e do Plano Diretor de Goiânia (Lei 171/2007), especialmente no Padre Pelágio, o mais mal avaliado. Na época, o relatório foi enviado com pedido de providências para a Defensoria Pública do Estado, Ministério Público do Estado, governos do Estado e municipal de Goiânia e às concessionárias que operam as linhas de transporte público. “Faremos novo relatório em que vamos analisar várias outras questões além da evidente deficiência do serviço prestado e, caso não haja as devidas providências, estudamos a possibilidade de uma ação judicial”, afirma Tibúrcio. As comissões de Direito do Consumidor, de Direito Tributário, de Direito Constitucional e dos Direitos da Pessoa com Deficiência também participam das visitas. ■



OAB-GO sedia discussão sobre o Plano Diretor de Goiânia

A OAB-GO sediou, no dia 22 de abril, audiência pública para debater as mudanças propostas ao Plano Diretor de Goiânia. A abertura ficou a cargo do presidente da seccional, Henrique Tibúrcio, e também teve presença de vereadores, representantes de entidades e associações de moradores, além de técnicos em urbanismo e população em geral. De acordo com o presidente da Comissão de Direito Imobiliário e Urbanístico da OAB-GO, Rodrigo de Moura Guedes, o papel da instituição é exatamente esse, o de discutir questões de grande interesse social. "É preciso pensar na cidade que queremos no futuro", disse. ■



Lei da Arbitragem em debate

A Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem (CMCA) da OAB-GO realizou, no dia 6 de junho, o debate A Evolução da Lei da Arbitragem: O Que Melhorar?, no auditório da Escola Superior de Advocacia (ESA). O tema foi abordado por duas vertentes: Por que a Lei da Arbitragem Funciona, tratado pela professora Selma Maria Ferreira Lemes, integrante da Comissão Relatora da Lei de Arbitragem, e pelo professor Ricardo Ranzolin, presidente da Comissão de Arbitragem da OAB-RS. A outra vertente foi Pontos Controvertidos nas Cautelares em Arbitragem e a Reforma da Lei, esmiuçada pelo conselheiro federal da OAB por Goiás Pedro Paulo Guerra de Medeiros. O evento foi organizado pela presidente da CMCA, Carla Sahium Traboulsi, e teve presença do conselheiro seccional e diretor-adjunto da ESA, Dyogo Crosara. ■



Torcidas organizadas são alvo de discussão

Durante o mês de junho, a Comissão de Direito Desportivo da OAB-GO organizou reuniões na sede da seccional para apresentar trabalho a respeito das torcidas organizadas. A iniciativa faz parte dos estudos que a comissão desenvolve sobre o funcionamento e a implantação do Juizado do Torcedor em Goiás. Os eventos tiveram a participação do vice-presidente da Ordem, Sebastião Macalé, do presidente da comissão, Adalberto Grecco, da deputada federal Marina Sant'Anna e de representantes do Ministério Público, Tribunal de Justiça Desportiva, Ministério do Esporte, Torcidas Organizadas Brasil, Federação Goiana de Futebol e da Polícia Militar. A OAB-GO defende a criação do Juizado do Torcedor, dedicado a julgar e punir os responsáveis pela violência no futebol. A proposta encaminhada ao Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO) prevê a implantação de uma unidade judiciária itinerante ligada à Comarca de Goiânia durante eventos desportivos, que teria a competência de processar, julgar e executar os feitos criminais relativos às infrações de menor potencial ofensivo e aos crimes previstos no Estatuto do Torcedor. ■

Procuradoras pedem apoio para confecção de lei

O presidente da Comissão do Advogado Público da OAB-GO, Tomaz Aquino, se reuniu no dia 13 de maio com as procuradoras do município de Goiânia Maria Bernadete e Maria do Amparo. As advogadas solicitaram apoio da comissão para a confecção da inédita Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Município de Goiânia. Para o presidente, que atendeu a solicitação das procuradoras, é "inconcebível que a capital do Estado, com a enorme quantidade de demandas jurídicas administrativas ou ajuizadas, não tenha uma procuradoria minimamente estruturada". Tomaz Aquino ainda apontou a necessidade da criação de uma norma pioneira, em conformidade com o papel que a Constituição de 1988 reservou à Advocacia Pública na conservação do patrimônio público. ■



CAJ realiza 12º Minicurso e 2º Fórum de Debates

No mês de maio, a Comissão da Advocacia Jovem (CAJ) da OAB-GO realizou o 12º Minicurso para Advogados em Início de Carreira, Bacharéis e Estagiários e o 2º Fórum de Debates. A abertura do minicurso ocorreu no auditório Eli Alves Forte e os palestrantes foram o vice-governador José Eliton, o secretário de Estado da Fazenda de Goiás, Simão Cirineu Dias, e o deputado federal Sandro Mabel, que trataram do tema Guerra Fiscal: A Mudança das Normas do ICMS. Houve outros dois dias de evento, com palestras e mesas-redondas, todos na Escola Superior de Advocacia (ESA). Já o Fórum de Debates teve como tema do primeiro dia a Aplicabilidade da Lei Seca, abordada pelo conselheiro seccional, diretor-adjunto da ESA e presidente da Comissão de Direito Constitucional e Legislação da OAB-GO, Otávio Forte, e pelo procurador do Estado de Goiás Bruno Belém. No segundo dia, trataram da Problemática da Matriz Tributária Brasileira o presidente da Comissão de Direito Tributário da OAB-GO, Thiago Miranda; o professor e procurador da Fazenda Nacional Deusmar José Rodrigues, e a professora e secretária-adjunta da Comissão de Direito Constitucional e Legislação da OAB-GO, Danieli Rosa Barbosa. ■

CDC discute telefonia móvel no Procon

O presidente da Comissão de Direito do Consumidor (CDC) da OAB-GO, Rogério Rodrigues Rocha, participou dia 5 de junho de audiência pública realizada pelo Procon Goiânia para discutir falhas no serviço de telefonia móvel, especialmente as ocorridas nos dias 20, 21 e 22 de maio, nas operadoras Tim e Claro. Na reunião, Rocha destacou que os problemas não são pontuais, mas recorrentes. “O consumidor tem direitos e as empresas têm o dever de repará-los.” Ele ainda afirmou que o Judiciário deve julgar essas ações com mais rigor e sugeriu às operadoras que a venda de novos serviços, como a tecnologia 4G, seja feita somente após a instalação completa do sistema. De acordo com o diretor-geral do Procon Goiânia, Miguel Tiago, o objetivo da reunião foi ouvir os representantes das operadoras, a fim de conhecer as reais possibilidades de bom atendimento. “Isso é essencial para que o consumidor não tenha o desgaste de acionar o Procon ou a Justiça para fazer com que seus direitos sejam cumpridos.” ■



Comissão participa de audiência em Brasília

A presidente da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB-GO, Livia Baylão de Moraes, e o vice-presidente, Wagner Nogueira, representaram a seccional em audiência pública promovida pelo Movimento Nacional pela Socioaprendizagem no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no dia 21 de maio, em Brasília. O evento tratou da necessidade de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e da inclusão de adolescentes no mercado de trabalho por meio da Lei do Menor Aprendiz. ■

OAB-GO leva serviços para a Subseção de Jataí

A OAB-GO, em parceria com o Conselho Federal, levou no dia 17 de junho a Caravana de Direitos e Prerrogativas do Advogado para a Subseção de Jataí. O evento teve início com exposição do conselheiro federal por Goiás Pedro Paulo de Medeiros e do presidente da Comissão de Direitos e Prerrogativas da OAB-GO, Alexandre Ramos Caiado, seguido de debate com a advocacia jataiense. "Estamos debatendo o exercício da cidadania, porque o advogado é o representante da população perante a Justiça", destacou o presidente da OAB-GO, Henrique Tibúrcio, que aproveitou a passagem pela cidade para inaugurar sala de apoio no Complexo de Delegacias de Jataí e participar da abertura da 5ª Semana Social Brasileira, iniciativa realizada em parceria com a diocese local e que visa a promover a participação da comunidade em debates, buscando fomentar a consciência crítica, o exercício da cidadania e a participação no processo de democratização do estado brasileiro. Também prestigiaram os eventos o secretário-geral da OAB-GO, Julio Cesar Meirelles; o presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás (Casag), Júlio César Machado; o diretor-geral da Escola Superior de Advocacia (ESA), Flávio Buonaduce; os conselheiros seccionais Mário Ibrahim do Prado, Márcio Messias, Wesley de Souza, Marcos Porto e Eurico de Souza; os diretores da Subseção de Jataí Fábio Fagundes, Antônio Carlos Barbosa, Leonardo Amaral e Sirlene Fideles; o ex-conselheiro seccional Francisco Barbosa Garica e os presidentes das Subseções de Formosa, Marco Aurélio Azevedo, e de Uberlândia, Egmar Ferrari. ■



Sebastião Macalé fala a estudantes em Jataí

O vice-presidente da OAB-GO, Sebastião Macalé, foi o palestrante da primeira edição do serviço Terça-Prática deste ano, promovido pela Comissão da Advocacia Jovem (CAJ) da Subseção de Jataí, em abril. Ele contou um pouco da sua vida, da sua trajetória como jogador de futebol, e falou do seu orgulho de fazer parte da Ordem. "Fui o primeiro jogador de futebol no País que, ao mesmo tempo, cursava Direito", lembra. Macalé falou ainda sobre as dificuldades iniciais da carreira, o ingresso na política classista e a intenção de escrever um livro com sua visão sobre a Ordem dos Advogados do Brasil. A palestra foi realizada no auditório da Escola Superior de Advocacia (ESA) da subseção. Além de advogados e acadêmicos, participaram do evento a presidente da Subseção de Jataí, Simone Oliveira Gomes; os conselheiros seccionais Mário Ibrahim do Prado e Werley Carlos de Souza; e o secretário-geral da CAJ da OAB-GO, Jocelino Antônio Laranjeiras Neto.

Comitiva da Subseção de Senador Canedo faz pedidos à seccional

O presidente da OAB-GO, Henrique Tibúrcio, recebeu comitiva da Subseção de Senador Canedo no dia 8 de maio, para falar sobre o funcionamento dos cartórios de registro e dos bancos da cidade. Segundo os advogados, os horários são reduzidos, o que provoca problemas e demora no atendimento. Além disso, foi solicitado apoio da seccional para obter novo espaço para a subseção, visto que atualmente a unidade conta com uma sala pequena no Fórum. Para Tibúrcio, "é essencial que os inscritos contem com uma sala bem equipada, com ambiente forense adequado, pois é nesse local que os advogados passam boa parte de seu tempo trabalhando". Também participaram da reunião o vice-presidente da OAB-GO, Sebastião Macalé; o conselheiro federal Reginaldo Martins Costa; o conselheiro seccional Antônio Pereira Santana; o vereador e Secretário de Desenvolvimento Econômico de Senador Canedo, Rafael Gonzaga; Joaquim Jacinto (Liminha); Fernando Rodrigues Pessoa e Paulo Vitor Gonçalves Marques. ■



CAJ de Jataí realiza 3 eventos

Três eventos foram realizados nos dias 9 e 10 de maio pela Comissão da Advocacia Jovem (CAJ) da Subseção de Jataí: OAB Vai à Faculdade, na Cesut, com o tema A Importância da Advocacia; OAB Vai à Escola, na Escola Estadual Nestório Ribeiro, discutindo os malefícios das drogas e suas penalidades; e o Fórum de Debates, com o tema Responsabilidade Civil no Erro Médico. Aproximadamente 1 mil pessoas participaram dos eventos, entre os quais o presidente da CAJ da OAB-GO, Wanderson de Oliveira; e a presidente da Subseção de Jataí, Simone Oliveira Gomes. Para a presidente da CAJ de Jataí, Jaqueline Silva Dias, “é muito gratificante poder realizar projetos em prol da classe e da população”. ■

Subseção de Caldas Novas pede juiz auxiliar no TRT-18

O presidente da Subseção de Caldas Novas, Laudo Natel Mateus, visitou a presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (TRT-18), desembargadora Elza Silveira, no dia 11 de junho, a fim de pedir um juiz auxiliar para a Vara do Trabalho da cidade. A presidente se comprometeu a avaliar o pedido após a finalização do concurso para juiz que está em vigor. Acompanharam a visita o presidente da Comissão de Direito do Trabalho de Caldas Novas, Lucas Cândido da Cunha; o conselheiro seccional da OAB-GO Carlos Martins de Oliveira; e o advogado trabalhista Andrei Barbosa. ■

OAB Vai à Faculdade chega a Cristalina

A Comissão da Advocacia Jovem (CAJ) da OAB-GO levou para a Subseção de Cristalina o programa OAB Vai à Faculdade, coordenado pelo advogado Gilson Dias de Araújo Filho. Em torno de 75 alunos do curso de Direito da Faculdade Central de Cristalina (FACEC) participaram do evento, que também contou com a presença do presidente da Subseção de Cristalina, Miguel Alexandre Filho; o presidente da CAJ de Cristalina, Samuel dos Santos Bispo; e os coordenadores da CAJ Bráulio Duarte, Thayza Florêncio, Marta Neres, e Pedro Mesquita. Na ocasião foram ministradas duas palestras: o vice-presidente da CAJ da Subseção de Jataí, Ricardo de Assis Moraes, falou sobre A Estrutura e o Funcionamento da OAB e o Exame de Ordem; e o coordenador da Subcomissão de Prerrogativas Jovem, Délio Miranda Martins, falou sobre OAB Jovem - Visão Prática. ■

ESA leva Simpósio Jurídico para Itumbiara

A Escola Superior de Advocacia (ESA) da OAB-GO, em parceria com a Faculdade Santa Rita de Cássia (IFASC), realizou o Simpósio Jurídico na Subseção de Itumbiara, de 14 a 17 de maio. Na oportunidade, o juiz do Trabalho Fabiano Coelho de Souza, vice-presidente do Instituto Goiano de Direito do Trabalho (IGT), falou sobre Delinquência Patronal. O palestrante Rui Denizard Alves Novais abordou as Teses de Defesa no Tribunal do Júri; Thiago Paluma discorreu sobre Acesso a Medicamentos Essenciais como Forma de Promoção dos Direitos Humanos; e André Tuma fechou a programação ministrando palestra sobre a PEC-37. ■

Catalão, Ceres e Valparaíso passam a sediar Exame de Ordem

Após solicitação da OAB-GO, a Coordenação Nacional do Exame de Ordem Unificado passou a realizar as provas em outros três municípios goianos: Catalão, Ceres e Valparaíso, a partir de abril. Já sediavam o certame as cidades de Goiânia, Anápolis, Itumbiara, Jataí e Rio Verde. “Solicitamos a ampliação do número de municípios goianos que sediam o certame para oferecer maior acessibilidade e conforto aos examinandos dessas regiões”, disse o presidente da Comissão de Exame de Ordem da seccional, Júlio César Machado. ■

Entregas de Carteiras

Entrega das carteiras no CEL da OAB-GO.







Orlando agrada pais e filhos

CIDADE AMERICANA ABRIGA INÚMEROS PARQUES DE DIVERSÕES E CENTROS DE COMPRAS QUE ATRAEM MAIS DE 56 MILHÕES DE TURISTAS TODO ANO

O destino escolhido pela família do advogado Marco Aurélio Basso de Matos Azevedo, presidente da Subseção de Formosa da OAB-GO, para passar as férias do último mês de janeiro é um dos mais visitados do mundo. Orlando, na Flórida, sudeste dos Estados Unidos, recebeu 56 milhões de turistas só no ano passado, de acordo com informações do Orlando Business Journal. A expectativa é de que neste ano esse número seja ultrapassado em mais de 1 milhão de pessoas.

“Visitar Orlando era um desejo há muito acalentado por mim e minha esposa Polyana. Queríamos levar nossos filhos, Érica, de 8 anos, e Luis Henrique, de 6 anos, para conhecer a Disney”, comenta Azevedo.

Assim como ele, a maioria dos turistas que vai a Orlando quer visitar o famoso complexo de parques da Disney World, que inclui o Magic Kingdom, Epcot Center, Animal Kingdom, Wizarding World of Harry Potter, Hollywood Studios e Downtown Disney. Como se já não fosse suficiente, Orlando também é a sede do Universal Studios, onde vários filmes foram produzidos, e abriga parques aquáticos mundialmente famosos

como o Sea World e o Bush Gardens. Por essas e outras razões que o turismo na cidade tenha números tão expressivos e empregue em torno de 367 mil pessoas.

A família do advogado elegeu o Sea World como o melhor parque de Orlando. “A principal atração é o tradicional espetáculo das baleias orcas, além de vários outros shows com animais marinhos”, conta. Eles também recomendam dois restaurantes temáticos. “No Rainforest Cafe, localizado no Animal Kingdom, almoçamos no meio de uma floresta tropical com animais (robôs) que se movimentam e emitem sons. No Sharks Underwater Grill, no Sea World, é possível fazer uma refeição como se você estivesse no fundo do mar, com luzes baixas e um gigante aquário ao redor de todo o local”, lembra.

Além dos parques temáticos, Azevedo também recomenda visitar os arredores de Orlando, como Daytona, distante cerca de uma hora e meia de carro. “Quem vai a Daytona não pode deixar de visitar o famoso autódromo trioval Daytona International Speedway. Lá, os visitantes têm a possibilidade de fazer um passeio para conhecer

o interior do autódromo, assistir a corridas e até mesmo pilotar um carro de competição. Também aproveitamos Daytona Beach, uma praia muito agradável, com mar calmo e uma extensa faixa de areia, além de uma excelente estrutura de duchas e banheiros na orla.”

A natureza das principais atrações da cidade tornou o destino bastante procurado por famílias com crianças de todas as idades. Mas Orlando vai além dos parques temáticos e também se destaca como destino turístico para compras. São dois grandes outlets - shoppings centers que reúnem marcas internacionalmente conhecidas, porém com preço abaixo do mercado - além de quatro grandes centros de compras convencionais. “Aproveitamos bastante os outlets da cidade, que são muito organizados e dispõem de excelente infraestrutura. São lojas variadas com excelentes produtos, a preços bem mais em conta dos que os praticados no Brasil. Destaco, ainda, que a maioria das lojas dispõe de funcionários preparados para atender os turistas brasileiros”, comenta o advogado.



Como chegar

A cidade possui seu próprio aeroporto, o Orlando International Airport (MCO), que recebe voos diretos do Brasil. É possível ficar em hotéis, resorts, sleep inns, alugar casas e até mesmo acampar em Orlando, dependendo da época do ano. Vale lembrar que o verão nos Estados Unidos é nos meses de julho, agosto e setembro, quando as temperaturas podem chegar a 45°C nos dias mais quentes. Já no inverno, nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, as temperaturas não chegam a atrapalhar o passeio nos parques, pois não há registros de neve na região. O transporte normalmente é feito com carros alugados ou em serviços de transfer oferecidos pelos hotéis e resorts. No caso de Azevedo, alugar um carro foi a melhor opção. “Vale mais a pena, temos mais liberdade para visitarmos os lugares que quisermos sem nos preocupar com horários”, afirma.

Como destino consagrado, várias empresas de turismo vendem pacotes completos, com guias inclusos para conhecer as principais atrações da cidade. Também é possível pesquisar por conta própria e montar o próprio roteiro com a família – só não dá para viajar sem o visto norte-americano, que pode ser retirado na Embaixada dos Estados Unidos, em Brasília.

Mais informações sobre Orlando nos sites www.visitorlando.com/PT-GL e portuguese.brazil.usembassy.gov. ■



Galeria | Posses

A diretoria e o Conselho Seccional da OAB-GO percorreram todo o Estado para prestigiar as solenidades de posse dos novos dirigentes de subseções.



Planaltina



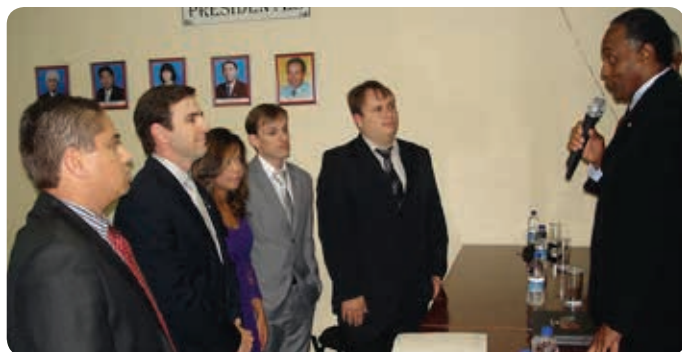
Bela Vista de Goiás



Santa Helena de Goiás



Caldas Novas



Cristalina



Piracanjuba



Uruaçu



Morrinhos



Jussara



Posse



Rubiataba



Itapuranga



São Simão



Mozarlândia

Tobias Nascindo Amaral Gonçalves, chef da edição

ADVOGADO PREPARA ESCONDIDINHO DE ABÓBORA COM CARNE SECA E PETIT GATEAU DE SOBREMESA

O diretor-adjunto da Escola Superior de Advocacia (ESA) da OAB-GO, Tobias Nascindo Amaral Gonçalves, gosta de cozinhar para os amigos em seu tempo livre. “Mas nada por obrigação, tem de ser quando tenho tempo e vontade”, explica. Uma de suas diversões é criar em cima de receitas já consagradas, como no caso desse escondidinho de abóbora com carne seca.

O pai de Tobias é diabético e, por isso, não pode comer mandioca. Um dia, em um bar de Goiânia, Tobias experimentou um bolinho de abóbora com carne seca. Gostou e logo imaginou que conseguiria fazer um escondidinho usando o mesmo princípio – abóbora no lugar de mandioca. A receita foi testada na chácara de amigos, que aprovaram o novo estilo de escondidinho. A família também aprovou a receita, que se tornou um pedido constante nos encontros, especialmente acompanhada de petit gâteau, de chocolate ou de doce de leite, outra especialidade do advogado. Confira as receitas:

Escondidinho de abóbora com carne seca (Serve 6 pessoas)

Ingredientes:

- 1kg de carne seca ou serenada
- 1 abóbora cabutiá ou moranga
- 1 copo de requeijão cremoso
- 2 cebolas picadas em cubos
- 1 cabeça de alho
- ½ litro de leite
- 100g de muçarela fatiada
- 50g de parmesão ralado
- Sal, pimenta do reino e orégano a gosto
- Uma folha de louro
- Óleo de cozinha/azeite



Modo de fazer:

Corte a carne em pedaços e coloque na pressão por cerca de 20 minutos com um pouco de óleo e a folha de louro. Em seguida, desfie a carne com as mãos. À parte, coloque as cebolas cortadas em uma panela com um fio de azeite e frite a carne desfiada. Quando estiver frita, espalhe a carne em uma travessa e reserve.

Corte a abóbora em cubos e ferva por 10 minutos com óleo e sal. Amasse a abóbora com um garfo, para fazer uma massa, que deve ser colocada em uma panela com óleo, alho e cebola. Mexa e vá acrescentando leite aos poucos, para ir dando corpo ao purê. Acrescente também orégano a gosto e o requeijão. Continue mexendo até engrossar. Quando estiver no ponto de purê, despeje a massa uniformemente sobre a carne, que já estará distribuída na travessa. Cubra com fatias de muçarela e salpique o parmesão. Leve ao forno pré-aquecido e deixe esquentar por cerca de 20 minutos, observando o ponto em que o queijo começa a derreter. Sirva imediatamente.

Petit gateau de doce de leite (Rende de 12 a 15 porções)

Ingredientes:

- 1 pote de sorvete de creme
- 300g de mirtilo
- 100g de açúcar
- 1 dose de whisky (opcional)
- 400g de doce de leite
- 4 ovos inteiros
- 4 gemas
- 100g de farinha de trigo
- 200g de manteiga com sal



Modo de fazer:

Bolo: Coloque o doce de leite em banho maria. À parte, junte a manteiga e os ovos com o açúcar. Polvilhe a farinha de trigo, passando-a em uma peneira para evitar a formação de pelotas. A seguir, junte com o doce de leite, aos poucos. Mexa bem. Coloque uma dose de whisky (ou qualquer destilado). Misture até formar uma massa homogênea. Unte as forminhas com manteiga e coloque a massa, sem deixá-las completamente cheias, pois os bolinhos vão crescer. Asse por 7 minutos em forno alto. É importante não deixar assar totalmente, para que o recheio permaneça líquido.

Calda: misture o mirtillo ao açúcar e leve em fogo alto, mexendo até chegar no ponto de calda. Para decorar, cada bolinho pode ser colocado em um prato acompanhado de uma bola de sorvete, com a calda jogada por cima. O gateau fica mais gostoso se servido ainda quente. ■

Petit gateau de chocolate (Rende de 12 a 15 porções)

Ingredientes:

- 200 g de chocolate meio amargo
- 160 g de manteiga com sal
- 160 g de açúcar
- 80 g de farinha de trigo
- 3 ovos inteiros
- 4 gemas
- 2 cálices de vinho do porto

Modo de fazer:

O modo de preparo do petit gateau de chocolate é o mesmo do de doce de leite, mudando apenas os ingredientes. No caso do de chocolate, o chocolate meio amargo faz as vezes de doce de leite e o vinho substitui o whisky. Lembrando que o petit gateau de chocolate não tem calda. ■





Wanderson de Oliveira, Bruno Belém, Otávio Forte, Olga Fernandes de Moura Leite e Victor Phillip Sousa Naves participaram ativamente do 12º Minicurso para Advogados em Início de Carreira, Bacharéis e Estagiários, da Comissão da Advocacia Jovem (CAJ)



A advogada Valdenira Oliveira Gomes e o procurador Rafael Arruda Oliveira conferiram palestra do professor doutor Ricardo Lodi Ribeiro, na ESA



O professor da Universidade de Nantes Augustin Émane participou do evento 70 anos da CLT: Conquistas e Reflexões, na OAB-GO, ao lado do conselheiro seccional Rafael Lara Martins e da ministra do TST Delaíde Miranda Arantes.



Empossada presidente da Associação de Procuradores do Estado de Goiás (Apeg), Valentina Jungmann foi prestigiada pelo presidente da Associação Nacional dos Procuradores de Estado (Anape), Marcelo Terto.



Os jornalistas Eurico Rocha, Kheyla Sabino, John William, Janete Ferreira, Marcílio Velasco, Gabriela Louredo e Handerson Pancieri prestigiaram o lançamento do 3º Prêmio OAB-GO de Jornalismo.



Valério Luiz Filho participou de reunião na OAB-GO que debateu a criação do Juizado do Torcedor.

Sem limite de processos, sem limite de usuários.

Desenvolvido pela Aviso Urgente, o Iuris Manager é perfeito para organizar os processos judiciais e administrar o seu escritório totalmente via internet.

Além de consultar as publicações da Aviso Urgente, o Iuris Manager importa o histórico e até realiza o cadastro simplificado do processo judicial, habilitando-o para:

- Agendar audiências e compromissos
- Distribuir tarefas entre a equipe
- Realizar cálculos de execução (gerando inclusive a memória de cálculo)
- Anotar acompanhamentos
- Importar andamentos processuais
- Controlar receitas e despesas do processo
- Escrever documentos a partir dos seus próprios modelos
- Anexar processos apensos e ações recursais
- Imprimir todo o histórico do processo
- Emitir relatórios personalizados

Acesse **avisourgente.com.br/loja**
e assine online.

**VOCÊ BATEU O MARTELO
PARA O SEU FUTURO.
AGORA VENHA GARANTIR
QUE ELE SEJA UM SUCESSO.**

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO.

**AS FACULDADES ALFA PREPARAM
PROFISSIONAIS COMPLETOS.**

- ▶ Direito Cível
- ▶ Direito Criminal
- ▶ Direito Empresarial
- ▶ Direito Trabalhista
- ▶ Direito Tributário

**TURMAS
COM INÍCIO
IMEDIATO**



**POSGRADUACAO@ALFA.BR
WWW.ALFA.BR ☎ 3272.5043**

FACULDADES
ALFA
L V E S A R I A

A MELHOR
**ESCOLA DE
NEGÓCIOS**
DO CENTRO-OESTE

BUENO | CENTRO | PERIMETRAL